

SESSÕES DO PLENÁRIO

39ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de abril de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, David Rios, Eduardo Sales, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há expediente a ser lido.

Antes de passar a palavra ao primeiro orador inscrito, há um (lê) *“Requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados que requerem, nos termos do art. 92 do Regimento Interno, a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 8.382/2015, para o projeto de Lei nº 21.202/2015; Requerimento de Urgência nº 8.383/2015, para o Projeto de Lei 21.203/2015, Requerimento de Urgência nº 8.384/2015, para o Projeto de Lei nº 21.151/2015, e o Projeto de Lei nº 20.945/2014.”*

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente. **(Oradores**

inscritos)

Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Bem, boa-tarde, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores da imprensa e da *TV Assembleia* que nos acompanham aqui.

Sr. Presidente Marcelo Nilo, quero aproveitar, pois V.Ex^a está à Mesa, para saber se já elaborou aquele documento que os índios pediram sobre a questão da PEC nº 215. Faço questão de assiná-lo. Daqui a pouco, V.Ex^a poderá me responder para não tomar muito o meu tempo.

Então, gostaria de lembrar, aqui, ser importante para esta Casa prestarmos o nosso apoio e a nossa solidariedade a essa turma ou a essa comunidade brasileira que tem 515 anos sofrendo aí. Hoje, há uma PEC no Congresso Nacional ameaçando, inclusive, a retirada dos seus direitos. E queria pedir ao presidente, pois faço questão de colocar a minha assinatura nesse documento.

Sr. Presidente, tenho 5 assuntos a falar em 5 minutos. Então, é complicado.

Mas quero, também aqui, ser solidária à população de Salvador, Camaçari e outras cidades, aqui da região, com relação às chuvas. Temos acompanhado de perto as tragédias, as mortes. Quero deixar, aqui, registrado a minha solidariedade. Ao mesmo tempo, faço coro pela campanha que a presidente da Comissão Direitos da Mulher iniciou, qual seja, a de fazermos uma coleta de alimentos e de materiais a serem destinados a essas famílias desabrigadas.

Quero registrar, também, Sr. Presidente, que, durante a semana passada, eu recebi a visita da *Banda Black Style*. Vejam, quando eu apresentei o projeto antibaixaria, esta banda tensionou muito comigo. Mas, depois que o Robyssão, seu principal vocalista, saiu da banda, esta banda reviu as suas letras, a sua postura e canta, hoje, músicas que não mais agredem as mulheres.

Fiquei muito feliz com a postura deles, porque, como dizíamos inicialmente, o nosso projeto era, também, pedagógico e educativo. E a demonstração concreta do resultado da aprovação e a sanção da nossa lei colaboraram para tal mudança de pensamento. Foi esta a postura da banda que tanto fez música agredindo as mulheres; mas, hoje, esta mesma banda faz uma autocritica e está com outro nível de canções. Isso nos deixa muito felizes e muito contentes.

Mas quero, também, presidente, registrar um pedido de uma comissão de defensores públicos que, hoje, estiveram aqui na audiência pública que tratou sobre a questão da segurança pública e sobre a questão da desmilitarização da polícia. A referida comissão de defensores públicos me pediu para fazer este apelo para esta Casa e para o governador.

Vejam, o concurso público para defensores...

(Há muito barulho em Plenário.)

A Sr^a LUIZA MAIA:- Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, silêncio, pois a deputada Luiza Maia está falando. Meus queridos deputados, a nobre deputada Luiza Maia está falando. Faço um apelo!

A Sr^a LUIZA MAIA:- Então, gostaria de dizer que o concurso público para

defensores públicos, realizado em 2010, vencerá, agora, em 11 de junho de 2015. São 14 os aprovados que, ainda, não foram nomeados. Eles pedem ao governador da Bahia, Rui Costa, autorizar a Defensoria Pública da Bahia a utilizar os recursos de seu superávit para promover as nomeações e, assim, suprir, em partes, a necessidade de preencher os cargos de defensores públicos no Estado. A validade do concurso já foi prorrogada por duas vezes e não pode mais ser revalidado.

“Através do *Movimento Mais Defensores na Bahia*, os aprovados têm feito uma campanha na Internet com o título “*Autoriza Rui*”. De acordo com um dos participantes do grupo, Fábio Fonseca, a Defensoria Pública da Bahia ocupa a terceira posição nacional em quantidade de defensores por número de habitante.

Atualmente, das 278 comarcas da Bahia, somente 23 contêm os serviços da Defensoria Pública. E muitas comarcas, das que têm defensores, trabalham com carência de profissionais. Constata-se também que, em alguns casos, a proporção entre juízes/promotores e defensores é de cinco por um; afirma o companheiro Fonseca.

Nesse sentido, queria fazer este apelo, porque sabemos que, hoje, a justiça, no nosso Brasil, é cara. E o governador, ao nomear, ao menos 14 aprovados em concurso, será muito melhor do que ter de fazer um novo concurso. Assim, isso sai mais barato inclusive.

Então queria deixar aqui registrado este apelo e pedir à Presidência desta Casa, também, a ajuda para esta apelação ao governador a fim de chamar os 14 defensores públicos aprovados em concurso e, ainda, não nomeados.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quero dizer que, na reunião com os índios, ficou acertado que um dos deputados presentes faria este documento e eu colho essas assinaturas.

Com relação aos 14 concursados e aprovados da Defensoria Pública, tenho a minha posição política, qual seja, há muitos e muitos meses, no sentido de que o governador nomeie os aprovados em concurso. Acho isso justo. Tenho conversado diversas vezes com o governador Rui Costa.

E a posição política do presidente da Assembleia é no sentido de que o governador Rui Costa crie as condições para que os 14, aprovados em concurso para a Defensoria Pública, sejam convocados imediatamente.

Esta é a minha posição política e já a externei diversas vezes.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, é para deixar registrado também que esta é a posição da Oposição. Nesse sentido, queríamos cobrar do governador que chame, imediatamente, os 14 aprovados em concurso. O PT, através da deputada Luiza Maia, manifesta-se, também. E, no mesmo sentido, estão o PSDB e o Poder Legislativo.

Logo, de acordo com a unanimidade de pensamento sobre o mesmo assunto,

vamos aguardar o governador do Estado da Bahia tomar a medida acertada em relação aos defensores públicos aprovados em concurso no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, gostaria de registrar que, hoje, 28 de abril, funcionaram as Comissões de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; presidida pelo deputado Hildécio Meireles; de Direitos Humanos e Segurança Pública, presidida pelo deputado Marcelino Galo; de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Joseildo Ramos; de Saúde e Saneamento, presidida pelo deputado Alana Sanches; e a de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, presidida pelo deputado Alex Lima.

Infelizmente, não funcionaram as Comissões de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologias e Serviço Público; de Agricultura e Política Rural e a Especial de Promoção e Igualdade.

Assim, solicito aos membros dessas três comissões, que não realizaram as suas sessões, adotar as providências necessárias e cabíveis para que as mesmas voltem a funcionar o mais rápido possível.

Ouviu, nobre deputado e presidente deputado Vitor Bonfim?

O Sr. Vítor Bonfim:- Pois não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado pela compreensão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Boa-tarde.

Saúdo o Sr. Presidente, os colegas deputados e deputadas, a imprensa, as galerias e, especialmente, os defensores públicos da Bahia junto aos seus prováveis defensores públicos aprovados em concurso, pois todos se fazem presentes. Neste instante, aproveito as falas dos deputados Luiza Maia, Adolfo Viana e Marcelo Nilo para dizer da importância da convocação dos aprovados em concurso para a Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Vemos a Polícia Civil e a Polícia Militar precisarem de mais efetivos.

E a Defensoria Pública Pública do Estado da Bahia faz um belíssimo trabalho, aliás, um trabalho árduo, defendendo as pessoas mais carentes. E vemos os municípios mais pobres, carentes de delegados, de policiais, por falta de vontade política do governo do Estado. Então a responsabilidade está aí, os deputados de governo, os deputados de Oposição, o presidente desta Casa fazem voz, mas está nas mãos do governador. Espero que ele tenha a sensibilidade com relação a isso. O governador Rui Costa, que gosta muito de fazer espuma, nos últimos quatro meses, deputado Herzem, já atingiu um montante de R\$ 685.600,00 de gastos com seu helicóptero. Desses 685 mil, 679mil foram pagos. Ele usa mais do que o governador Jaques Wagner, que era conhecido por gostar de andar de helicóptero de Ondina para cá e vice-versa, pela Bahia afora. E que gastou, nesse período, R\$ 113 mil.

Estão aqui dados do Fiplan: enquanto o governador Rui Costa gastou R\$ 685 mil da Casa Civil com helicóptero, com a Polícia Militar dos 233.700 de despesas empenhadas, só pagou 48 mil. Veja bem, é o governador que esteve aqui no ato da mensagem para o Legislativo e prometeu helicóptero, inclusive, para o Oeste. E nesta

semana passada estive no Oeste e disse que quem tinha de dar o helicóptero para a Polícia Militar – e aí discurso em alto e bom som gravado – eram os empresários e fazendeiros.

Infelizmente, essa é a realidade do governo que prioriza, por falta de planejamento, tapar buracos, prioriza fazer espuma, e de efetivo para a população não faz nada.

Hoje, infelizmente, temos uma realidade aqui em Salvador, que todos conhecem, das chuvas, dos desabamentos e da tragédia que vivemos ontem, e me solidarizo com os moradores dos bairros, dos quais dois desses tive o prazer de representar. O governador Rui Costa foi à imprensa dizer que fez em torno de R\$ 155 milhões e empreendeu em 98 encostas. Dessas 98, infelizmente – conheço um pouquinho Salvador –, só foram feitas, Hildécio, pisme, cinco. Repito, ele foi à imprensa dizer que está trabalhando em 98, mas só foram feitas cinco. Mas vamos ver até onde ele vai com esse trabalho.

Então, infelizmente, temos uma realidade no município de Salvador com grandes dificuldades nessa área, e o governador mais uma vez foi fazer espuma e faltar com a verdade perante a imprensa. Marcell, dessas cinco encostas que ele fez – e disse que são 98 – foram no período de Jaques Wagner. Pois bem, ele hoje tentou fazer espuma mas não deu certo, porque quando a herança é ruim, ele esconde a cara. Os problemas que houve com a Embasa, com a CCR, ele sumiu, passou mais de uma semana longe da imprensa. Quando acha que a herança é boa, ele aparece, e aí falou dessas encostas. Mas, infelizmente para ele, nós conhecemos Salvador e não vamos deixar o governador espuma ficar mentindo para a população, enquanto a população carente sofre precisando de ajuda.

Gostaria de pedir aos amigos que entrassem na Fundação Cidade-Mãe, órgão ligado à Prefeitura de Salvador está recolhendo colchões, donativos, alimentos, lençóis, na sua sede e aí...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Para concluir, presidente.

(...) E eu vou passar para vocês. E eu queria que todos os 63 deputados abraçassem essa causa, porque a população de Salvador, cidade capital que todos representa, está precisando da ajuda dos senhores.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos que nos ouvem, que nos assistem, nós temos neste instante uma oportunidade de exercitar a solidariedade no limite do que devemos como cidadãos, como parlamentares que somos, como membros de um Poder que representa ou deveria representar o sentimento da sociedade como um todo.

Estamos presenciando uma das maiores catástrofes relacionadas à estrutura da

cidade, à forma como ela há séculos vem sendo administrada, à sua topografia e à maneira como a conurbação que envolve a apropriação dos terrenos urbanos de Salvador é trabalhada. Então, hoje estamos de frente para uma situação que é o prejuízo, é uma conta, é uma tragédia anunciada a cada ano que passa.

Nós deveremos nos afastar do oportunismo para fazer esse debate. Não queremos com a miséria alheia, em tempo de solidariedade, deixar de fazer as manifestações próprias num momento como este. Mas aquele ente da nossa Federação trina - a única do mundo -, o município, é exatamente o patinho feio dessa história porque não tem capacidade de investimento.

Ora, se não tem capacidade de investimento a maior parte das capitais - e esta aqui é uma das mais populosas que temos em todo o País -, é preciso exercitar o processo de priorização. Obviamente, que aquelas parcelas da comunidade mais fragilizadas que moram nas encostas mais íngremes, sempre desprotegidas da mão benfazeja do Estado, tenham a prioridade no processo de inversão dos investimentos. Porém esta realidade atávica que a gente continua a presenciar não muda. Não muda! Os moradores dos bairros nobres têm e continuam a ter uma assistência privilegiada do Executivo, em detrimento daqueles que moram nas áreas mais conurbadas da cidade do São Salvador.

Isso é verdadeiro. No momento de uma catástrofe como esta, infelizmente quem paga a conta é quem menos tem a atenção do Estado. E os recursos, preferencialmente, estão à disposição daquela parcela da população que menos precisa. Isso é realmente verdadeiro. Eu falo dos recursos próprios, dos recursos alavancados em outras esferas de governo, aqueles obtidos através dos agentes financeiros, dos agentes de desenvolvimento.

E aqui não coloco esta fala na direção tão somente do atual governante da cidade, da capital. Mas esta é a repetição de uma história que vem acontecendo há muito tempo, há longos e longos tempos, e quem paga essa conta é aquela parcela mais desprotegida, aquela parcela órfã, repito, da mão benfazeja do Estado.

Esse negócio que a gente pode chamar de tragédia, que está acontecendo, deve servir como alerta pra todos - pra todos! - não só aqui em Salvador, porque a natureza aponta qual o caminho.

Os atuais governantes, para falar a verdade, não têm culpa da forma como aconteceu a conurbação da cidade do Salvador e de outras capitais. Mas não podem ser omissos e têm a obrigação de inverter a lógica da direção do investimento. Só que isso não é feito, e a história haverá de cobrar essa omissão histórica que está acontecendo inclusive agora, neste momento.

Infelizmente, as tragédias de fundo natural apontam o caminho da lógica que deve ser exercitada pelos governantes de plantão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bobô pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, boa-tarde.

A minha fala de hoje é no sentido de me solidarizar com as famílias e a população de Salvador devido às consequências da chuva de ontem. Mas também, claro, não podemos esquecer as chuvas que caíram nesta cidade na quinta-feira santa, o que já foi um prenúncio do que poderia vir. E lamentavelmente com as dessa segunda-feira perdemos vidas.

Esta minha fala igualmente não é para direcionar a responsabilidade nem tampouco buscar responsabilidades pelo que está acontecendo. Ao contrário. Acho que está na hora de unirmos forças e buscarmos planejar Salvador, pensar Salvador melhor.

Salvador precisa de um planejamento, sim, claro! Nós sabemos que esse tipo de investimento não é muito bom porque não se coloca placa debaixo da terra nem tampouco traz ganho político, mas é absolutamente fundamental que isto aconteça: pensar-se numa Salvador mais humana, mais limpa e mais receptiva a esse tipo de causa natural.

Na quinta-feira santa me pronunciei aqui nesta Casa lamentando o que havia acontecido porque Salvador ficou ilhada. Foi menor a quantidade de água do que a de ontem, e eu alertei para o seguinte: é absolutamente necessário que haja um trabalho de prevenção com relação a isso, de coleta, sobretudo do lixo. Chamei a atenção para uma área que os deputados que foram votados em Salvador e alguns que moram aqui conhecem bem: é o Areal, que fica no Nordeste de Amaralina. Disse que costumo andar por ali - fica atrás do Parque da Cidade -, que é um lugar muito visitado e todo mundo conhece. Passem lá e façam uma visita àquele local, o Areal. É um amontoado de lixo! As pessoas conviviam com ratos e baratas. Então alertei, chamei a atenção do município de Salvador para que pudesse fazer a coleta regular, para que aquilo não viesse a trazer um prejuízo maior à cidade e às pessoas.

Lamentavelmente voltou a acontecer porque continua o amontoado de lixo lá. É simples o caminho: você sobe por trás do Parque da Cidade e chega ao bairro do Areal, que fica no Nordeste de Amaralina - portanto, no coração de Salvador. Mas é um bairro também totalmente desassistido. Não existe a coleta regular. Se ela existe, é falha. Isso nada tem de denunciismo ou coisa parecida. Basta ir lá fazer uma visita e verificar o que está acontecendo. O trabalho de prevenção é absolutamente necessário não só com as encostas, mas igualmente com os dutos. É preciso verificar os esgotos, fazer um planejamento e investimentos naquela área.

Volto a repetir: ainda há uma carência muito grande ali. Estamos discutindo o Carnaval, estamos discutindo micareta de outubro, estamos pensando nisso. É muito bom planejar o Carnaval, mas esquecemos que dois meses depois as chuvas são previsíveis em Salvador. Logo, temos de trabalhar com a consciência de que esse tipo de investimento, de obra é absolutamente necessária para trazer uma tranquilidade, sobretudo ao soteropolitano, ou quem mora em Salvador, ou quem vive em Salvador, em especial quem vive no subúrbio, em especial quem vive nos bairros mais carentes.

Eu sou um privilegiado, porque moro num bairro que não tem esse problema, não existe esse problema no Alto do Itaigara, lá ninguém tem problema de coleta de lixo, de prevenção com relação a isso, mas lá também alagou.

Portanto, é um problema muito sério, Salvador, mal planejada, mal distribuída, mal pensada. E eu acho que as chuvas de ontem nos leva a uma discussão, todos nós, parlamentares, que temos responsabilidade com isso, não de apontar responsáveis, não de buscar culpados, mas de trabalhar juntos para mudar esse cenário de Salvador. Nós precisamos pensar no Carnaval, é muito bom para Salvador, mas precisamos, necessariamente, pensar o que vem logo após o Carnaval, que são as chuvas do mês de março, que são as chuvas do mês de abril, e que dessa vez chegou batendo forte, porque cansou de cair, e pouco se fez com relação a isso.

Essa é a minha fala, Sr. Presidente, é apenas um alerta, chamar a atenção para que não volte a se repeti isso, e que tenhamos mais políticas de investimento, políticas públicas, no sentido de termos uma Salvador com mais condições de receber esse tipo de chuvas torrenciais, que são absolutamente previsíveis, e que a gente sabe quando vão cair, o mês que vão cair, e a gente não se tem preparado ou não tem preparado a cidade como deve ou pelo menos como deveria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos da TV-Assembleia, subo à Tribuna neste momento, em nome de nossa Bancada, para sermos, todos, solidários às vítimas das chuvas em Salvador.

Mas, aqui, deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a que é o Líder de nosso Partido nesta Casa, nós não podemos deixar de registrar, ao longo desse mandato do prefeito ACM Neto, digno melhor prefeito do Brasil, o que ele vem investindo para conter essas situações que a natureza nos impõe.

A Prefeitura investiu mais de 200 milhões em 2014, em obras de manutenção e prevenção às chuvas. Com esses recursos foram feitas obras em mais de 30 encostas e outras 57 em andamento; apenas nas operações tapa-buracos a Prefeitura utilizou este ano 20,9 mil toneladas de asfalto, sendo atendidos 101 bairros, em Salvador; na área de microdrenagem, limpeza e recuperação de redes foram feitos serviços em 131 localidades.

O que as pessoas precisam entender é que quando o prefeito assumiu a capital da Bahia, a capital de Salvador, a capital, Hildécio, estava destrozada, a capital não tinha credibilidade para empenhar uma bala 7 Belo; a capital, ao longo desses 15, 20 anos, não tinha uma certidão, e hoje o prefeito mostra a sua capacidade de trabalho. Agora, tem que se dizer que choveu, ontem, quase 400 ml, previsão superior que estava previsto chover em todo o mês de maio.

O que nós sentimos e que nós vemos, deputado Herzem Gusmão, é a vontade, é a presença da prefeitura nos quatro cantos da cidade. O prefeito não se ausentou em nenhum momento desta situação, e foi para a frente, para tentar amenizar os problemas causados pelas chuvas.

Ontem teve a questão do auxílio para as famílias que foram vítimas dessa

questão. A prefeitura irá ajudar financeiramente todas as pessoas que moram em Salvador e que foram vítimas das fortes chuvas que atingiram a nossa capital.

O que nós temos que fazer aqui não é discurso político. Nesta Casa, independente do deputado do partido ou cor partidária, devemos ser solidários às vítimas e às famílias que perderam seus entes queridos. O que temos aqui a dizer, deputado Hildécio, é que temos trabalhado muito por Salvador. Temos trabalhado no investimento, na sua grande maioria, com recursos próprios do município, fruto da competência e do gerenciamento financeiro do prefeito ACM Neto.

É isto que temos que fazer: sermos solidários. Esta Casa também tem que procurar uma forma de entrar nessa questão para dar sua parcela de contribuição. Porque, Pablo, deputado que vier a esta Casa fazer política em cima de morto, no mínimo, não tem Deus no coração. O que esta Casa tem que fazer é dizer a forma e como também se juntará à prefeitura e ao Estado para dar sua parcela de contribuição e de ajuda às vítimas das fortes chuvas com que Salvador sofreu ontem.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo. (pausa) Não está presente.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa aqui presente, telespectadores que nos acompanham através da *TV Assembleia*, ouvi atentamente o pronunciamento do Líder da Oposição nesta Casa, deputado Sandro Régis. E queria acompanhá-lo neste momento, prestando também aqui a minha solidariedade aos familiares e amigos das vítimas das fortes chuvas que abateram a cidade de Salvador.

Mas, não poderia iniciar meu pronunciamento sem antes fazer uma retrospectiva. O prefeito ACM Neto - escolhido o melhor prefeito do Brasil e diga-se de passagem que ninguém recebe esse título por acaso - encontrou a capital baiana completamente arrasada. As finanças estavam comprometidas, todos nós sabíamos como o cálculo estava e, através de muito trabalho, de muita dedicação por parte do prefeito e de toda sua equipe, a cidade do Salvador reagiu.

A cidade reagiu, as obras apareceram, as finanças dos cofres da prefeitura, hoje, são bem diferentes do que eram no passado. Mas infelizmente nunca choveu tanto na cidade de Salvador como choveu nos últimos 3 dias. É lamentável que a cidade derreta em alguns pontos por conta das fortes chuvas que aconteceram.

Mas também não podemos atribuir a culpa do desastre que acontece na cidade do Salvador ao prefeito ACM Neto. Se alguém fizer isso, aqui na Assembleia ninguém fez, mas se alguém fizer isso estará sendo muito injusto com o prefeito que investiu mais de 200 milhões em obras para manutenção e prevenção das chuvas.

(Lê):- “Apenas em operações de tapa-buraco, o que não inclui pavimentação, a Prefeitura utilizou, apenas este ano, 20,9 mil toneladas de asfalto. Foram atendidos no total 101 bairros com os serviços de tapa-buraco apenas em 2015.

Também em 2015 já foram limpos, na área da macrodrenagem, 15 rios, córregos e canais.

Na área da microdrenagem, que envolve limpeza, desobstrução e recuperação da rede, foram feitos serviços em 131 localidades. Nunca a Prefeitura trabalhou tanto limpando canais e desobstruindo a rede.

Em 2014, na área da macrodrenagem, foram feitos serviços em 37 rios, córregos e canais. Foram investidos, apenas nesse ano, 14,7 milhões de reais em serviços de drenagem, 13,8 milhões de reais na desobstrução da rede e 9,9 milhões de reais na construção ou recuperação de escadarias drenantes.”

O prefeito tem trabalhado muito. Agora, fenômenos da natureza podem ocorrer em qualquer lugar do mundo. E o prefeito continua dia e noite trabalhando, tentando solucionar os diversos problemas que as fortes chuvas ocasionaram na capital baiana.

Então, meus amigos, é mais que justo que neste momento estejamos aqui unidos para ajudar o prefeito de Salvador, assim como o governador do Estado também tem obrigação de ajudá-lo a cuidar não só das famílias das vítimas como de toda a população da cidade. É preocupante, sim, mas se não tivéssemos o melhor prefeito do Brasil cuidando da nossa capital, com certeza, o cenário triste da cidade seria ainda muito pior.

Estamos, sim, solidários às vítimas, ao prefeito ACM Neto que vem enfrentando esse problema de corpo e alma. Tenho certeza que a dedicação dele e dos secretários dele ultrapassaremos e venceremos essa triste página que foi escrita na história de Salvador.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fabiola Mansur): - Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, servidores, fiquei aqui ouvindo os deputados que me antecederam e observei a defensiva deles no dia de hoje. Parece que estão dizendo, deputado Sandro: “Não falem de mim, não falem de mim.”

Estou aqui com o objetivo de fazer alguns esclarecimentos sobre a cidade do Salvador. Primeiro, deputado Adolfo, ouvi a todos e acho que o deputado Sandro Régis foi numa linha correta. Acho que agora é o momento de todos se juntarem para fazer a defesa da população da cidade do Salvador.

Quem assumiu essa posição, deputado Pablo, foi o governador Rui Costa que chamou o ministro da Integração e o prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto para juntos fazerem um sobrevoo na cidade do Salvador e detectarem os problemas. Talvez seja por isso que ampliou o gasto com helicóptero, porque teve que servir ao ministro, ao prefeito da cidade e ao governador. E V.Ex^a fez crítica ao gasto com helicóptero.

Foi o governador Rui Costa que disse, lá na entrevista, que o governo está

gastando mais de 200 milhões em encostas, quando diz que 98 delas estão sob a responsabilidade do governo do Estado. Se V.Ex^a verificar a entrevista do prefeito da cidade do Salvador, porque eu estava presente lá na Governadoria, quando ele disse que gastou, ano passado, 160 milhões de recursos próprios para os diversos investimentos em infraestrutura da capital. Mas também disse que a Prefeitura de Salvador é responsável por 38 encostas mais 18, agora, dadas pelo ministro da Integração e ele mesmo disse que o governador Rui Costa é responsável por 98 trabalhos em encostas na cidade de Salvador.

Por isso este não é momento para aproveitarmos a situação para atacar ou defender ninguém. Agora é o momento para todos nós estarmos voltados para defender a nossa cidade do Salvador, para defendermos as pessoas e as famílias que foram soterradas lá no Marotinho e na San Martin, ou seja, é isso que temos que fazer aqui, esse é o nosso papel. Não temos, nesse momento, que colocar aqui as nossas divergências.

Eu queria que o deputado Pablo entendesse que o governador Rui Costa não é mentiroso, porque tanto o governador Rui Costa quanto prefeito ACM Neto disseram as mesmas coisas nas entrevistas. Então se um está dizendo a verdade, o outro também está; se um está mentindo, o outro também está. Ou seja, o momento agora, meu querido, não é efetivamente de aproveitar essa situação para entrar nas nossas divergências periféricas. O momento é de união em torno da cidade de Salvador, porque nós não podemos admitir que morram 13 pessoas e mais duas estejam desaparecidas e fiquemos aqui parados nos digladiando.

Este é o momento da defesa da nossa cidade, cidade essa que me adotou aos 14 anos quando vim para cá. Devo tudo na minha vida a cidade de Salvador. Quero chamar todos os deputados do governo porque, independentemente da posição política na cidade de Salvador, temos que envidar esforços para cuidar das famílias, principalmente das mais carentes que por conta das intempéries estão passando por essas dificuldades.

O governo federal esteve aqui na pessoa do ministro da Integração e já doou cobertores e colchões. Não importa, acho que o de menos aqui é quem está fazendo. O importante é que se juntem União, Estado e o município de Salvador para defender os interesses das pessoas que estão passando por uma dificuldade imensa com as chuvas que estão acontecendo.

E estou dizendo isso não é de agora, digo isso e disse em todos os locais, mesmo fora deste Parlamento, quando aconteceram tragédias em gestões anteriores. E eu estou muito à vontade porque o meu partido nunca foi gestor do município de Salvador, mas estamos de prontidão para firmar unidade em defesa dos interesses da população de Salvador, principalmente aquela mais carente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Obrigada, deputado Rosemberg.
Com a palavra o nobre amigo deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Srª Presidenta, Srªs e Srs. Deputados, o que me traz novamente a esta tribuna na tarde de hoje é ainda tratar dos assuntos relacionados à tragédia que estamos vivendo na nossa capital.

Tenho tido o cuidado, presidenta, no exercício do mandato, de fazer um mandato sem sentimentos menores, sem apequenar o debate.

Ontem, fiz um pronunciamento nesta Casa, como fiz há duas semanas quando caíram as primeiras chuvas em Salvador, cobrando da prefeitura da nossa capital, mas também cobrando o auxílio do governo do Estado e do governo federal, porque não é intuito deste parlamentar, como bem falou aqui o deputado Sandro Régis, fazer política se vangloriando de mortes, mas esta Casa também não se pode calar diante de uma tragédia anunciada, porque não é de hoje nem de ontem que sabemos que Salvador não está preparada para receber as chuvas. E eu fui, na tarde de ontem, injustamente acusado pelo deputado Carlos Geilson, meu amigo, meu colega de partido, de ter uma antipatia pelo prefeito ACM Neto. E eu quero dizer, meu amigo deputado Pablo Barrozo, deputado do Democratas, que não fomos eleitos para ter simpatia ou antipatia a quem quer que seja, não fomos eleitos para gostar mais ou menos desse ou daquele governante. Fomos eleitos pelo povo da Bahia para levantar a voz todas as vezes que se faça necessário. E foi isso que fiz nesta tribuna na tarde de ontem.

Não costumo, deputado Sandro Régis, ter um comportamento aqui nesta tribuna e ter outro aí, sou homem de uma cara apenas. Então, as críticas ou elogios que faço ou farei ao prefeito, ao governador ou a quem quer que seja, serão as mesmas críticas e os mesmos elogios que faço em qualquer circunstância.

Agora, que é triste abrir o jornal *A Tarde* de hoje e ver essa tragédia...

A Srª PRESIDENTE (Fabíola Mansur): - Deputado Alex Lima, para concluir, o tempo do Pequeno Expediente já terminou.

O Sr. ALEX LIMA:- (...) que se abateu sobre nossa capital e que precisa de ações efetivas para resolver esse problema, isso não tenha dúvida. Porque, se a nova Barra é um feito da administração do prefeito ACM Neto, essa tragédia é debitada, sim, na sua administração. Não que ele tenha tido o intuito de que isso acontecesse, mas aconteceu na sua administração. E ele tem dois anos para preparar Salvador para as chuvas que ainda virão e que se abaterão sobre nossa capital.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Srª PRESIDENTE (Fabíola Mansur):- Muito obrigada, deputado Alex Lima. Fim do Pequeno Expediente. Iniciando o tempo do Grande Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Alan Sanches, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Srª Presidente, minha colega, amiga, companheira de luta da Comissão da Saúde, que preside muito bem esta sessão, deputada Fabíola, deputadas, deputados, primeiro, gostaria de saudar nossa comitiva, meus amigos, o

prefeito, o vice-prefeito de Barrocas, o vereador Kekeu e o vereador Inácio, e todos os nossos amigos de Barrocas que estão aqui.

Bem, senhoras e senhores, gostaria de chamar a atenção, vamos ter agora, no município de Tancredo Neves, na primeira quinzena de junho, uma nova eleição. Foi constatado que houve excessos durante a eleição e o prefeito foi cassado. Agora, teremos uma nova eleição. Esse município, que fica a mais ou menos 300 km daqui de Salvador, da nossa capital, tem passado dificuldades no que tange à segurança pública. E, no momento em que se afloram os ânimos em relação a essa nova eleição, tenho sido bastante solicitado. Inclusive, o presidente da Câmara, que assumiu a prefeitura, tem sido constantemente ameaçado, ele e sua família. Precisamos - estou fazendo essa solicitação de público - de segurança pública no município nesse período. Até a eleição, precisamos de um reforço para dar e garantir a integridade física dos munícipes, inclusive dos candidatos, dos vereadores, de toda a população, principalmente da população política. Estou falando hoje e espero que não tenhamos que, um dia, falar sobre uma tragédia que venha a acontecer, como já aconteceu em outros municípios. Inclusive em Barrocas, já tivemos uma tragédia lá.

Então, estamos solicitando de público, vou encaminhar ofício ao comandante da polícia e, também, ao secretário de Segurança Pública pedindo esse reforço, que sempre houve. Lá havia uma unidade com cinco policiais, a prefeitura, da forma que puder, estará sempre colaborando com esses policiais, mas precisamos dar esse reforço à segurança pública de lá.

Semana passada, na sexta-feira, participei de um *meeting*, um fórum, com a Sociedade Brasileira de Ortopedia. Estivemos debatendo políticas públicas na área de saúde. Queria fazer aqui um resumo do que vem acontecendo com a saúde. Hoje, meu tema vai ser ortopedia. Há uns 11, 12 anos, ainda no governo de Paulo Souto, houve um *boom* dos pacientes traumatizados no nosso hospital de referência, o Hospital Geral do Estado, criado e construído quando eu cursava o 4º ano de Medicina.

O HGE, hoje com 25 anos de construído, é em todo o Estado da Bahia o hospital de referência em traumas. Então naqueles 11, 12 anos começou a ficar superlotado. Ele e os Hospitais Roberto Santos e Ernesto Simões eram os que recebiam esses pacientes traumatizados. Com a chegada do governador Jaques Wagner, no final do governo Paulo Souto, começou-se a pensar que forma poderia ser utilizada para desobstruir essas unidades e dar celeridade ao tratamento daqueles pacientes que estavam traumatizados.

E naquela época os pacientes politraumatizados... Quando eu falar traumatizados, são pessoas com fraturas que precisam ser operadas. Elas ficavam lá, às vezes, 20, 30, 40 dias sem as suas cirurgias, esperando o segundo tempo. E nós começávamos a transformá-las numa legião de sequelados, ou seja, os pacientes que não tinham sua cirurgia realizada a tempo, ficava cada vez mais difícil para que o colega ortopedista a fizesse. Sendo assim, até se brincava na época dizendo que era a fábrica de monstros da Bahia, porque você não tinha mais como não deixar uma perna mais curta, um braço com alguma deformidade. Mas se tentava fazer ao

máximo a correção cirúrgica.

Então o governo do Estado - agora não me lembro, e não vou ser aqui leviano, se foi no final do governo Paulo Souto ou já no governo Jaques Wagner - construiu os chamados mutirões que hoje só têm o nome, porque eram para ser feitos, como o próprio nome diz, durante um período com começo, meio e fim. Mas eles continuaram a existir apenas com os nomes. Na verdade, são os contratos com as Organizações Sociais, com algumas terceirizadas. Vou citar o exemplo do Hospital Salvador. Pacientes que estão com fraturas em Vitória da Conquista, Caetité, Barreiras, os que estão na Regulação serão colocados em um destes hospitais: o Salvador e o Agenor Paiva, além da Clínica Cato e de alguns outros hospitais que não estou lembrando, mas fazem parte do sistema. E assim eles poderão realizar as suas cirurgias.

Porém o que realmente acontece é que esses pacientes só poderão entrar na Regulação a partir do momento em que eles são atendidos no hospital. Aí, me perguntam: “Alan, isso tem sido resolvido?” Tem. Durante algum tempo ouvíamos falar que estavam amontoados de pacientes precisando de cirurgias. Atualmente diminuíram. Construíram o Hospital Manoel Vitorino, que hoje é referência na área de Ortopedia e realiza em torno de 400 cirurgias/mês de coluna, joelho, mão. Mas só relacionadas a traumas.

Qual a grande falha aí? Para o paciente de Ortopedia aqui em Salvador, diferentemente de outros Estados, existem os convênios com as clínicas que fazem atendimentos. Como exemplo, citarei o deputado Manassés, que caiu. Houve uma fratura. Ele foi à clínica, sendo atendido pelo Dr. Antônio Henrique, que estava de plantão e diagnosticou que o seu paciente tinha uma fratura fechada de rádio. Aí, disse: “Manassés, você precisa de uma cirurgia.” Ele imobiliza, põe uma talinha, passa o remédio e repete: “Você precisa de uma cirurgia.” E o que o paciente Manassés faz agora? Ele não tem para onde se dirigir, porque se pensou apenas no paciente traumatizado que chega ao hospital e nele é atendido. Então, Manassés vai para a Regulação? Como?! As clínicas de Ortopedia não falam com a Regulação! Os postos de saúde também não falam com a Regulação!

Portanto, um paciente atendido num posto de saúde não pode ser colocado na Regulação. Aí, o que esse paciente tem de fazer? Começa a peregrinar, porque esses hospitais contratados pelo Estado não têm porta aberta. Então, tem que se dar o famoso jeitinho. E em alguns lugares no interior, às vezes, é mais fácil do que em Salvador. Existe um hospital num município qualquer. Não direi o nome. Em Cairu, por exemplo, chega o deputado que conhece alguém lá e manda inscrever a pessoa. Você está em casa, mas já fora inscrito na Regulação como se estivesse no hospital. Desse modo você entra na Regulação, que lhe direciona para o hospital a, b, c ou d. “Alan, você descobriu a roda!” Não. Isso é o que acontece, gente.

Então se falou no paciente traumatizado grave, aquele que teve acidente de moto, de carro ou caiu de uma laje. Mas o paciente que é atendido poderá ficar, se não tomar cuidado, aleijado, sequelado com uma fratura de cotovelo, de antebraço, tanto um adulto como uma criança. Você não tem para onde encaminhar. Aí, dizem:

“Tem o Hospital Martagão Gesteira, que mantém a porta aberta no ambulatório. Se você conseguir uma ficha para fazer o atendimento lá, tudo bem. Senão... Ainda mais uma criança. Em 8, 15 dias o osso está praticamente já com metade do tratamento feito, consolidando viciosamente. Então precisa, sim. Eu não estou descobrindo a roda. Estou chamando atenção, porque inclusive colegas aqui desta nossa Assembleia já me pediram ajuda para resolver isso.

Não tem cabimento o paciente que tem a sua fratura não ser encaminhado ou colocado na Central de Regulação. Esse é um problema que todos, independentemente de partido, passam porque são cobrados. Alguém está com uma fratura disso ou daquilo, e você não sabe o que fazer porque não existe um caminho. Todos esses hospitais que operam não têm porta aberta, e a Regulação não inscreve as pessoas porque não pode.

Só para dar um exemplo, o Paraná tinha 28 mil pacientes necessitando de consultas de Ortopedia. Mas 30% deles não precisavam realmente. Aí, já tem a questão do médico que encaminha para o ortopedista. Nós não podemos trilhar por esse caminho. O Hospital Santa Izabel, há 15 dias estive nele para tratar de um outro assunto, pois fui médico de lá, como V. Ex^{as} sabem. Ele tem inscritos por lesão de meniscos, 300 pacientes. E no Hospital Manoel Vitorino não é diferente, é a mesma coisa. Então 300 com 300, só tem 600. Não. Estou dando o exemplo de apenas dois hospitais, dois serviços em que os pacientes conseguiram chegar lá e se inscreverem para dizer “Estou na lista”. Sabe Deus quando serão operados!

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- O trauma, a grande falha que vejo no tratamento dele é esta: o paciente de pequena monta, digamos assim, de um trauma de menor energia, mas que não consegue realizar a sua cirurgia.

Entraremos agora na parte de Ortopedia, que hoje é o grande calo da Medicina, da Saúde no Estado da Bahia.

Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Caro deputado Alan Sanches, inicialmente quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, que vem demonstrar a sua independência, o seu conhecimento e, sobretudo, o seu espírito público ao trazer a esta Casa e expor de forma clara e objetiva os reais problemas que a saúde pública na Bahia enfrenta. Por isso, parabenizo-o por essa avaliação isenta.

Independentemente de ser da base do governo, é certo o seu pensamento em relação a essas dificuldades de gestão da saúde pública neste Estado que por todos são vistas. Mas a muitos elas são camufladas. Porém principalmente nós, homens públicos que lidamos com isso no dia a dia, conhecemos bem as dificuldades que encontram, como foi exposto por V.Exa., aqueles que necessitam do sistema de saúde pública na Bahia, que se transformou, na minha avaliação e na sua exposição, nesse caos absoluto.

O governo do Estado tem tentado e apresentou – sinto-me muito à vontade em dizer – uma solução para os problemas através dos consórcios municipais. Estou muito à vontade, porque sou defensor e entusiasta dos consórcios municipais. Porém,

penso que a fórmula como o governo vem tentando fazer para solucionar, é uma fórmula imposta e sem a discussão com as bases, com os prefeitos que suportarão a maioria dos encargos nesses consórcios, e que buscará solucionar esse grave problema pelo qual enfrenta a saúde pública do Estado.

A minha preocupação com esse consórcio, e aí solicito ao nobre colega, como presidente da Comissão de Saúde desta Casa, que essa discussão seja ampliada, nesta Casa. Para que os vários ex-prefeitos que aqui estão possam contribuir com as suas experiências no sentido de levar aos prefeitos e ao governo do Estado essa preocupação de que os municípios já combalidos nas suas finanças públicas não venham assumir mais essas despesas. Além do mais, sem a garantia de que os repasses, assim como todos os outros programas federais que são levados ao encargo dos municípios, tenha garantia de que eles receberão em dia o seu repasse.

Por isso, meus parabéns! Peço que as minhas colocações sejam analisadas por V.Ex^a.

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputado Adolfo, só um minuto, por favor.

Deputado Luciano Ribeiro, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. V.Ex^a vem abrilhantar com o seu aparte, com a sua oratória que já é conhecida nesta Casa. Agora, com relação aos consórcios acho que é um processo incipiente de discussão. Hoje, não dá para que possamos fazer uma análise de quanto será. Primeiro, temos de saber os valores absolutos. Podem ter municípios que vá contribuir com R\$ 10 mil mês para ter acesso àquela Policlínica, a realizar aqueles exames. Então, acho que é muito incipiente, é muito precoce que façamos análise de dados sem ter os valores absolutos para que possamos dizer: Cairu contribuirá com R\$ 5 mil; Valença contribuirá com R\$ 60 mil. Isso dependerá da população registrada de cada município. É pertinente a colocação de V.Ex^a, deputado Luciano Ribeiro, mas ainda é muito cedo para tomarmos essas decisões. Acho justo a preocupação de V.Ex^a.

Agora, eu falei da parte do trauma que o Estado vem conseguindo resolver. Mas da ortopedia, ela ficou um pouco esquecida. Para esclarecer um pouco para as V.Ex^{as} o que seria, o que é que estou chamando de ortopedia? Não é igual a traumatologia? Não. A traumatologia diz respeito às fraturas, às lesões decorrentes do trauma, do acidente. Existem os outros que são as lesões meniscais, que são as lesões ligamentares, são as lesões tendinosas, e as artroplastia, que são as próteses tanto de joelho como de quadril. Hoje, o paciente não tem onde realizar esses procedimentos. Parece que ficaram esquecidos esses procedimentos que o paciente não precisa. Hoje, existe uma fila enorme de pacientes, exageradamente grande, que não conseguem realizar os seus procedimentos.

Salvador, hoje, fechou o cerco. Eu, se tivesse prefeito, faria a mesma coisa. Salvador não pode ser responsável pelo Estado da Bahia. Tem-se que fazer a pactuação. Se fizer a pactuação, o município de Várzea do Poço terá de pactuar. Você quer que eu atenda em Salvador o seu doente? você terá que me transferir o seu valor da ressonância magnética para que faça aqui. O seu valor da cirurgia ortopédica para que faça aqui, já que você não faz! Então, você tem de fazer essa pactuação comigo.

Salvador fez isso. É ruim para o paciente, o cidadão do interior? É. Mas, infelizmente, isso tem de ser feito senão não tem como pagar a conta.

Falando de ortopedia, o que é que nós precisamos fazer? Alan, o que você acha que deve ser feito? A minha opinião é a seguinte: temos uma rede que opera, quem opera trauma opera, também, esses casos de ortopedia. Quando foi licitado, quando foi feito o convênio com essas organizações sociais, foi para o paciente com trauma, com fraturas, com lesões tendíneas decorrentes de um trauma. O paciente com a chamada Síndrome do Carpo não pode ser atendido, não pode ser operado; um paciente com uma hérnia de disco não pode ser operado. Temos o hospital, temos o médico, mas não temos o convênio para realizar esse tipo de cirurgia.

O que eu acho que deve ser feito? Temos um projeto de lei aqui. O paciente só é diagnosticado e atendido na rede do SUS. O paciente que é SUS é atendido no SUS, com o convênio de uma clínica em Salvador ou no Estado da Bahia. A partir do momento em que ele é diagnosticado pelo SUS e não tem condição de operar em outra região, em outro serviço, ou particular ou convênio, porque não tem o convênio, ele tem de ser inscrito numa regulação, numa lista na central de regulação. Não tem ônus para isso, precisa organização.

Digo mais uma vez para lembrar a todos: temos o médico que opera o trauma, que também opera ortopedia, temos o hospital, só precisamos realizar o convênio. Vamos tomar como exemplo, para ficar bem didático, a deputada Luiza Maia. Ela não tem convênio e foi diagnosticada com uma artrose no joelho, e o paciente Caetano tem uma artrose no quadril. Ele precisa realizar uma cirurgia para prótese e ela também, ele de quadril, ela de joelho. Onde será feita? Não tem, não existe. Para termos uma idéia, para uma cirurgia dessa, se fizemos um pacote com cirurgia, anestesia, prótese a ser utilizada, gastamos em torno de 13 mil reais para realizar essa artroplastia de quadril, de fêmur, do que quer que seja.

O projeto que já temos tramitando, e vou contar com V.Ex^{as}, precisa ser inscrito. Não estou inventando a roda. Em 2001, fiz um curso em Portugal, e fiquei num hospital em Almada. Lá funciona assim: foi diagnosticado que Luiza Maia precisa de uma prótese de joelho; ela é inscrita numa lista. Até 6 meses, se não for operada pelo seu serviço, seja no Santa Isabel, no Subúrbio, no Vitorino, ela vai para o início da lista e passa a ter prioridade para que não precise correr atrás de um radialista, não precise correr atrás do deputado Sidelvan, do deputado Pablo para pedir pelo amor de Deus para realizar a cirurgia.

O município tem feito a sua parte nesse sentido. A Secretaria de Saúde comprou, no Hospital Santa Isabel, 70 cirurgias, sendo 5 de joelho, 5 de quadril, 20 artroscopias de menisco ou ligamento, algumas de ombro e também de mão. O Estado precisa entender que tem o problema na ortopedia. Nós podemos fazer um planejamento e organização no sentido de operar, além de trauma, também ortopedia.

Estou falando com conhecimento de causa. Apesar de ser deputado, continuo como médico. A quantidade de pacientes precisando de cirurgia de menisco, de ligamento, de tendão, de prótese é muito grande. Não podemos fechar os olhos. Como sei que aqui tem homens e mulheres públicos vocacionados para isso, tenho

certeza que contarei com a atenção de V.Ex^{as} para esse projeto.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Gostaria de parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento e pelo projeto. V.Ex^a sobe à tribuna e traz dois temas importantíssimos. Sendo médico, presidente da Comissão de Saúde desta Casa, uma vida de serviços prestados no sentido de cuidar da vida das pessoas, eu não conheço o projeto de V.Ex^a ainda, mas V.Ex^a já conta com a minha simpatia.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado.

O Sr. Adolfo Viana:- A saúde pública do Estado da Bahia é uma verdadeira vergonha! V.Ex^a está coberto de razão, nós precisamos evoluir nesse sentido. Falta governança! A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia é ineficiente. As pessoas que precisam contar com atendimento médico de qualidade não só na área de ortopedia, mas em qualquer outra área não contam!

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputado!

O Sr. Adolfo Viana:- Não conseguem o respaldo necessário por parte do governo do Estado. É importante que V.Ex^a suba a esta tribuna, na condição de médico e de presidente da Comissão da Saúde e Saneamento, e apresente um projeto para que possamos evoluir nesse sentido.

O Sr. ALAN SANCHES:- Eu agradeço a V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- Parabenizo V.Ex^a. Digo, de antemão, que qualquer projeto que venha nesse sentido contará com a minha simpatia, porque quem está pagando o preço é a população que mais precisa no Estado da Bahia.

Com relação, deputado, à cidade de Tancredo Neves – também milito na política daquele município –, sei da carência na área da segurança pública, e agora que as eleições se aproximam, mais uma vez...

O Sr. ALAN SANCHES:- Para concluir, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Concluirei, deputado Alan Sanches.

É importante que V.Ex^a chame a atenção do secretário de Segurança Pública, porque a segurança pública está um caos em todo o Estado da Bahia...

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, deputado. Gostaria que V.Ex^a terminasse o aparte, para que eu possa concluir o meu discurso.

O Sr. Adolfo Viana:- (...), e na cidade de Tancredo Neves esse problema se aflora. Parabenizo V.Ex^a pela coragem de fazer esse debate, aqui, na Assembleia Legislativa.

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputada Fabíola Mansur, peço a tolerância de V.Ex^a para que eu possa fazer o fechamento do meu discurso.

Na verdade, quero dizer que o nosso secretário Fábio Vilas-Boas tem feito um trabalho a contento, exemplar, buscando solucionar... Ele só tem cerca de 110 dias no cargo, e não dá para que possamos traçar um panorama e fazer um juízo de valor.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, presidente Marcelo Nilo.

Não podemos fazer... Seria leviandade minha, deputado Adolfo Viana, fazer

um juízo de valor de um secretário que está há 110 dias no cargo. Já conversei com ele algumas vezes, já o acompanhei a algumas visitas a hospitais, disse a ele que levaria o esboço do que eu entendo que pode ser benéfico para a nossa saúde, e ele prontamente aceitou. Ele está aceitando também as sugestões de V.Ex^a e está extremamente bem-intencionado. Vamos dar esse voto de confiança ao Dr. Fábio, cardiologista, porque ele merece.

Eu quero agradecer, mais uma vez, ao deputado Adolfo Viana e aos deputados que me ouviram, atenciosamente, aqui, porque é um tema de extrema importância para o cidadão da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância. Obrigado aos deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias. Com a palavra o Líder do PP/PSL/PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Falarei pelo tempo de 8 minutos e o deputado Fabrício Falcão falará pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a nobre deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 8 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, membros das Galerias Paulo Jackson, ouvi, há pouco, todo o debate traçado a respeito dos dias de cão que vive a cidade do Salvador em razão das chuvas. Quero dizer que é um problema crônico, cuja tragédia todo ano é anunciada, em virtude de uma série de fatores, a exemplo do problema geográfico – Salvador tem 600 encostas –, do déficit habitacional, que vem desde o lapso entre o Programa Minha Casa Minha Vida e o antigo Banco Nacional de Habitação, da falta de conscientização das pessoas a respeito do meio ambiente, que colocam lixo em todos os canais pluviais, e da falta de estrutura e de investimentos necessários para o escoamento e limpeza dos canais pluviais, os chamados programas de micro e macro-drenagem.

Como presidente da Comissão de Direitos da Mulher e ex-vereadora de Salvador e presidente da Comissão Direitos da Mulher desta Casa, visitei, ontem, as duas comunidades, quais sejam, a do Marotinho e do Barro Branco. Vi não só os locais como as famílias que, lá, estavam desesperadas, desamparadas e tristes.

Estive, hoje, também, presente à coletiva dos ministro Gilberto, governador Rui Costa e prefeito ACM Neto.

Quero, aqui, convocar todos nós para ajudar.

A despeito de apontarmos culpados, tomados pelo impulso de solidariedade, espero que nós comecemos e nos engajemos a uma campanha que deve ser assumida por várias comissões desta Casa.

Será uma campanha de conscientização feita pela Comissão de Meio Ambiente através de uma campanha de aumento de investimentos feita pela Comissão de Infraestrutura.

Isso, inclusive, pode ser assumido pela Comissão Direitos da Mulher. Digo isso já porque a maior parte, deputado Pablo, das pessoas que, hoje, se encontram nos abrigos em São Caetano ou no Projeto Axé, em Pau da Lima, são mulheres desamparadas. Assim, tentaremos aumentar os investimentos das três esferas governamentais: municipal, estadual e federal.

Participei do lançamento, há dois anos, do projeto de obras para as 98 encostas do então governador Jaques Wagner. Obviamente, esse projeto não tem todas encostas terminadas. Assim como nós não temos como esperar que um prefeito só conclua obras em 600 encostas.

O que nós temos de ter? A responsabilidade. Ao invés de buscar culpados, neste momento em que devemos demonstrar solidariedade e resolutividade em relação às vítimas e aos desabrigados, nós devemos traçar um planejamento estratégico para garantir que novas tragédias não venham a ocorrer.

Foi isso que nós queríamos quando começamos a campanha *Voluntários da Cidade: Ação Salvador*, inicialmente pela Comissão Direitos da Mulher.

Mas a campanha foi adotada pela Comissão de Saúde, do deputado Alan Saches; pela Comissão de Educação, está aqui o presidente e deputado Eduardo; pela Comissão da Fiol/Porto Sul. Finalmente, o presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, encampa e coordena, agora, este movimento como sendo uma campanha desta Casa que recolherá mantimentos, colchões, lençóis, água mineral, objetos de higiene pessoal para que a gente consiga, de forma solidária e imediata, a curto prazo, fazer essas doações aos desamparados.

Mas, como eu disse, existem, também, as questões a médio e a longo prazos.

Hoje, vi, com muito otimismo, a unidade de todos que estavam presentes na coletiva para prestar seus serviços. Temos de elogiar não só a postura dos governantes, como também os heróis que estavam diuturnamente, ou seja, 48 horas, tentando salvar vidas. Ainda há pessoas soterradas. Temos, hoje, oficialmente, 13 mortos na cidade do Salvador com possibilidade de este número se estender até 16 mortos, porque, no Barro Branco, ainda há pessoas desaparecidas. E os dados são inconclusivos.

Hoje, ex-governador Jaques Wagner já deliberou que o Exército, através da 6ª Região Militar, esteja aqui em Salvador, a fim de acompanhar as obras e fazer o levantamento das áreas de maior vulnerabilidade.

Temos de pedir a conscientização das pessoas que estão nas áreas de risco. Peço a colaboração de todos os deputados para que essas pessoas saiam dessas casas. Muitas vezes, as áreas de encostas têm moradia com risco elevado. E as pessoas, por não terem para onde ir ou por terem medo de ter os seus poucos objetos furtados, recusam-se a sair e se submetem a risco de mais vítimas.

Então, através de uma operação conjunta nas três esferas e acompanhada pelo Exército, há a garantia de encaminhamento dessas famílias para os abrigos, bem como a salvaguarda dos principais bens dessas casas; nesse caso, com o Exército e com a polícia colaborando.

Temos, também, de elogiar o trabalho dos bombeiros, dos membros da

Codesal, da Sudec, da Defesa Civil do Estado, dos médicos e dos profissionais de saúde do SAMU, porque estão, lá, realmente, dedicados.

Mas, sobretudo, há um espírito de solidariedade soteropolitano que, em verdade, em uma situação extremamente triste e de dor, algumas pessoas, simplesmente, estão, lá, até agora, ajudando durante todo este processo.

Temos, também, como promessa do ministro Gilberto, a liberação de até R\$ 6.300,00 de FGTS para aquelas pessoas que, estando desabrigadas, possam reconstruir suas casas.

Há a promessa de uma ênfase, ao término de algumas obras das encostas, pelo governo do Estado.

Há, também, até, um pedido para não haver manifestações populares, porém, democráticas sim, uma vez que não é possível fazermos demonstrações ou manifestações que possam atrapalhar o trânsito quando, ainda, há ambulâncias e bombeiros circulando.

Então, deve-se pedir, também, não só a conscientização da população em relação ao lixo, mas deve-se pedir, outrossim, a conscientização dos movimentos para não fazer manifestações. Deve existir, sim, a união das pessoas.

E, aí, Sr. Presidente, em virtude de o deputado Fabrício Falcão não estar aqui, eu gostaria de que os outros 3 minutos possam ser acrescentados ao meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Concedo mais minutos à deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Então, através de uma ação combinada com todas as esferas de poder, devemos torcer para que, obviamente, nós consigamos tirar essas pessoas das áreas de vulnerabilidade. Vamos tentar esses abrigos que, hoje, são em número de três. Espera-se que eles possam desburocratizar, efetivamente, o cadastramento dessas famílias.

Ontem, obtive denúncias de várias famílias que se encontravam desabrigadas ou que tiveram suas casas alagadas e que não tinham colchões.

Tive a curiosidade de, na verdade, perguntar a membros da Codesal por que as pessoas estavam com dificuldades de ligar para 156 e obter essas visitas. Deputado Herzem, ouvi daquelas pessoas que havia inúmeros pedidos para o atendimento pela Codesal e o órgão não tinha um corpo hábil para atender tantos pedidos.

Vejam, ou seja, ao invés de, apenas, a Codesal fazer visitas para checarem *in loco* se realmente, ali, havia uma família desabrigada ou famílias sem seus colchões ou família impedida de continuar naquela casa ou em área de risco, que pudesse ser visitada por outros órgãos.

Então, pedi ao prefeito ACM Neto para desburocratizar as ações emergenciais, presidente Marcelo Nilo. E, hoje, tive a garantia do prefeito de que haverá a desburocratização. De forma que toda a família que se encontrava em situação de risco, que teve a sua casa alagada, seus colchões e utensílios destruídos podem chamar, além da Codesal, a Secretaria de Combate à Pobreza.

Isso é muito importante, deputado Pablo, porque dá celeridade ao processo. Vejam, uma família, em caso de necessidade, não pode ficar esperando 24 horas por

um pedido de visitação.

Espero que todos vocês possam aderir à *Campanha Voluntários pela Cidade de Salvador*. Esta é uma campanha desta Casa. Quero pedir aos nobres deputados, que possam fazer doações, água mineral, por exemplo. Temos fardos de água mineral em nossos gabinetes.

Assim, esta Casa poderá, amanhã, com todas as suas comissões, mas encabeçada pela Comissão Direitos da Mulher, fazer uma grande doação junto às duas outras campanhas que existem que são as campanhas encabeçadas pela primeira-dama, Aline Peixoto, e pela própria prefeitura.

Acho ser este um dever nosso, a curto prazo, encabeçarmos este movimento.

Liderarmos uma campanha desta natureza ao tempo em que discutimos como podemos minimizar este problema crônico, mas que, de outro lado, requer políticas estruturantes de longo prazo para que a ocupação irregular possa ser aliviada.

Não podemos culpar a população, pois ela não tem para onde ir. Mas, também, deveremos evitar mais vítimas fatais, pois isso entristece a nossa cidade e, certamente, mancha a história da nossa linda cidade do Salvador.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pablo Barroso:- Presidente, falarão, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Luciano Ribeiro e, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Pablo Barroso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários da Assembleia, imprensa, galerias, telespectadores da *TV Assembleia*, eu havia me inscrito para fazer o meu pronunciamento nesta tarde no Pequeno Expediente. Mas, pelos discursos que se sucederam, preferi me reservar para este momento, qual seja, na fala das Lideranças. E, aqui, fiquei a observar como o debate, que deveria ser grande e maior nesta Casa, foi, por alguns, apequenado.

Vejam, aproveitar-se de uma tragédia humana para poder dela tirar e colher os frutos políticos há de ser rechaçado por todos políticos e por toda a população. Tal atitude deve ser condenada por todos aqui.

Jamais se poderá, dentro de uma tragédia como esta, que se abate sobre a capital do nosso Estado, responsabilizar um governante que vem, ao longo do tempo e em tão pouco tempo, se dedicando. E aqueles que o conhecem e aqueles que acompanham a vida pública em Salvador sabem e podem testemunhar que ele tem sido um governante que, além de probo, é um governante dedicado e se entregou, em sua inteireza, à causa pública e à causa da sua cidade.

Querer dizer isso e querer creditar ou debitar, como aqui foi dito, na conta deste governante esta tragédia humana oriunda de causas naturais é, por demais, apequenar o debate.

Não podemos, também, fugir ao debate uma vez que o cargo e o dever nos impõem.

Quero, aqui, dizer de que todos conhecem e todos sabem o estado em que se encontrava esta cidade. O caos absoluto era reinante na área de infraestrutura, na área da probidade administrativa, na área da gestão e na área do planejamento.

E o gestor, somente ele, com a postura que tem, teve a coragem de enfrentar todos os problemas. Não poderia deixar de enfrentá-los ainda que a impopularidade tenha, momentaneamente, lhe batido à porta em razão das medidas impopulares e necessárias que a todo gestor, que se preza e preza o voto, é preciso tomar. Assim, agiu o melhor prefeito do Brasil, o democrata ACM Neto. Por isso, talvez, a tragédia que, hoje, se abate não tenha sido maior.

Eu, mais ainda, estou atônito, deputado Adolfo Viana, ao ver que os outros poderes, aqui representados, quais sejam, estadual e federal, estão há 12 anos no governo federal e há 8 anos no governo da Bahia. E esses falam como se a tragédia não fosse, também, culpa deles.

Nós moramos e vivemos aqui. E, politicamente, a Nação é organizada e dividida em União, Estados Federados e Municípios com as suas atribuições delineadas. E, para ações como esta, a corresponsabilidade é de todos. Os parlamentares, que queiram e fazem jus às honrarias do mandato, não têm como negar.

Eu poderia usar números de tragédias na saúde comumente ocorridas neste Estado.

Quantos morrem por falta de assistência?

Usar, talvez, das tragédias da natureza da minha região, como o semiárido, que é constante e permanente, porque ações dos governos estadual e federal lá não chegam, a fim de amenizar a tragédia permanente.

Poderia usar, inclusive, o número de homicídios dolosos ocorridos na Bahia, no período de 2007 a 2014, em 8 anos do governo Wagner. Foram 40 mil homicídios dolosos na Bahia! E esta é a realidade de todos, pois as pessoas têm medo de sair de casa. Mas não usarei de tais artifícios.

Estou, aqui, para prestar, sim, solidariedade às famílias das pessoas vítimas desta tragédia humana que se abate sobre os baianos e, sobretudo, sobre os soteropolitanos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, senhores presentes nas galeiras, imprensa, quero parabenizar a deputada Fabíola Mansur, pois ela é uma colega por quem tenho um profundo respeito, uma vez que deixou o cargo de vereadora de Salvador para nos brindar com sua presença, sua sabedoria e com o conhecimento da cidade do Salvador.

Outros deputados passaram por aqui e fizeram uma explanação sobre o assunto que a nossa capital passa hoje. Mas a sua explanação, deputada Fabíola Mansur, foi brilhante, porque reflete o sentimento de todos nós. V.Ex^a milita, aqui, como deputada, assim como militava quando era vereadora. Por isso sabe a dificuldade pela qual passa o município de Salvador e sabe, também, a dificuldade que as pessoas, que vivem nos bairros periféricos, têm.

Ao passar pelas ruas, muito lixo é encontrado. Entretanto quando se pergunta às pessoas sobre a coleta de lixo, a resposta é que a coleta de lixo passa todo o santo dia. Mas, ainda assim, o amontoado de lixo continua. Em alguns bairros, são vistas geladeiras, sofás e, até, carros abandonados. Houve um tempo que isso virou, até, moda aqui.

Então, infelizmente, a realidade da nossa cidade é esta. Quando se fala em administração pública, quando se pensa em cidade, as pessoas têm de ser pensadas em primeiro lugar e como elas se comportam diante de tantos desafios que temos aqui.

Sabemos que o prefeito ACM Neto tem assumido com muito compromisso, zelo e dignidade e sem faltar com a verdade. Infelizmente, é triste ao ouvir e ao ver a postura de alguns vereadores de oposição na Câmara de Vereadores. E, ontem à tarde, poucos aqui estavam neste Plenário. Mas, alguns deputados, também, usaram a tragédia pública como causa política.

Sendo assim, hoje, vim mais cedo à tribuna desta Casa rechaçar esta atitude imoral e, ao mesmo tempo, colocar, também, o posicionamento do governador do Estado. Isso porque entendo que o dinheiro público é um só. Quando se deixa de gastar com uma prioridade, se gastará com outra. Quando se deixa de gastar com a segunda, se gastará com a terceira. E, para mim, helicóptero não é e não será prioridade nunca, ainda mais em se tratando de um Estado pobre como o nosso, onde a violência, a saúde e a infraestrutura estão abandonados.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- Concedo o aparte a V.Ex^a.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Meu caro deputado Pablo, concordo com V.Ex^a na descrição precisa. A cidade do Salvador é muito pobre. Temos a maior densidade populacional do mundo. São Paulo possui sete mil habitantes por quilômetro quadrado, Salvador possui 10 mil habitantes por quilômetro quadrado. Então é uma cidade problemática e de uma receita muito pequena.

Não adianta atacarmos os dois governos, ambos não estão dando as costas ao problema. Vamos todos nós sugerir o que for possível e colaborar de todas as maneiras possíveis. Porque o prefeito ACM Neto está com todo o zelo, com toda a preocupação, como também o governo do Estado se dispondo a ajudar os flagelados dessa catástrofe que se abate sobre nós. Mas a cidade do Salvador é altamente problemática e tem uma receita *per capita* muito pequena.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Obrigado pela intervenção, deputado Aderbal.

Só para salientar: o que choveu ontem em milímetros era o esperado para

abril todo. A estatística diz que foi a maior chuva dos últimos 20 anos. Infelizmente tivemos essa tragédia, deputado Zó.

O prefeito ACM Neto, a deputada Fabíola aqui citou muito bem, através da Secretaria do Combate à Pobreza, está dando auxílio social com colchões, com cobertores, água e abrigo para essas pessoas que estão desabrigadas. E V. Ex^a sabe disso.

Nós precisamos de muita ajuda, inclusive do governo do Estado e do governo federal. Peço aqui, encarecidamente, que o governador do Estado se proponha a ajudar e a ajudar de forma efetiva. Essas 98 encostas, infelizmente, eu não estou aqui para brincadeira, não vim à Assembleia para brincadeira, dessas 98 encostas só foram feitas cinco, quem conhece Salvador sabe disso,...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- (...) nós precisamos de ajuda.

Agora, este é um debate – para concluir, deputado Alex Lima – que podemos travar aqui em outros momentos. Acho importante nos unirmos e nos solidarizarmos com essas vítimas que aí estão, porque as dificuldades são enormes e a atuação de nós deputados, vamos começar por nós desta Casa, a deputada Fabíola Mansur está encabeçando uma campanha, existe a Fundação Cidade Mãe aqui em Salvador que está esperando de braços abertos a doação de todos vocês.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Nobre presidente, indicamos o deputado Zó, pelo tempo de 5 minutos, e a deputada Luiza Maia, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Zó pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, vou falar aqui um pouco de chuva, desse problema por que Salvador passa e que a gente quer se solidarizar. Eu queria aqui neste momento pedir aos nobres amigos e amigas, colegas deputados e deputadas, que deixemos um pouco ACM Neto e Rui Costa de lado para fazer o que a deputada Fabíola Mansur pediu, que é ajudar a cuidar das pessoas lá fora que estão com problemas.

Esse problema de chuva em Salvador é antigo, que, mesmo estando lá no interior, como sempre morei em Juazeiro da Bahia, sempre ouvi falar. Faz muito tempo que eu não ouvia falar em morte. Mas eu não queria neste momento, e o tempo vai dizer exatamente quem são os culpados, porque, precipitadamente, é difícil dizer de quem é a culpa, mas é importante saber que neste momento precisamos fazer alguma ação, inclusive com o prefeito e o governador, para que consigamos amenizar o sofrimento dessa população.

Acho que é precipitado dizer tudo isso, os problemas são crônicos, são

históricos, e cada um que passou ou que está aí tem a obrigação de cuidar o melhor possível. Como foi colocado aqui, acho que nem o prefeito ACM Neto está brincando, muito menos o governador Rui Costa. É preciso que a gente pare um pouco aqui de acusar e busque soluções como a deputada Fabíola Mansur se colocou. Inclusive, quero dizer, deputada Fabíola Mansur, que estou à disposição e quero engrossar essas fileiras.

Lá na minha região, eu, o deputado Adolfo Viana e outros deputados estamos passando por um problema de falta de água. Por sinal, eu queria registrar que hoje é o Dia Nacional da Caatinga, e parece, deputado Adolfo Viana, que o Lago de Sobradinho subiu um pouco. Não somos donos da natureza, somos só filhos do dono, não é? Mas gostaria muito de que essa chuva fosse lá nas cabeceiras do Rio São Francisco para que o lago de Sobradinho pudesse pegar água. Se fosse para pedir, pediria a Deus para mandar essa chuva, que tantos problemas causam em Salvador, para as cabeceiras do São Francisco para encher o lago de Sobradinho, amenizar a seca que aflige aquela região. Nós temos até chuva, a caatinga está até verde neste momento, mas as chuvas apenas dão verde e sustentam a caatinga por mais dois ou três meses para alimentar o rebanho de caprinos, ovinos e bovinos daquela região, mas não sustentam a condição da agricultura. Então, essa chuva que cai aqui, deputada Fátima Nunes, gostaria muito que fosse lá no nosso sertão, não é Gika? Se fosse lá na nossa Serrinha iria ser muito bom.

Queria fazer esse registro e dizer que é o momento desta Assembleia dar as mãos, independente de situação ou Oposição, para ajudar a comunidade de Salvador e Região Metropolitana. Que a deputada Fabíola Mansur encabece essa luta que vamos estar juntos ajudando.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÓ:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado e amigo Zó, parabéns pelo pronunciamento. Parabéns por lembrar do Dia da Caatinga. Nós somos filhos da mesma região, do mesmo semiárido sofrido que precisa de atenção do governo do Estado. V.Ex^a está de parabéns quando sobe a esta tribuna e diz que devemos deixar o prefeito ACM Neto e o governador de lado e darmos as mãos para ajudar as vítimas desse fenômeno da natureza que se abateu sobre a cidade de Salvador. Também o parabenizo pela postura de V.Ex^a neste momento difícil da nossa capital baiana.

Parabéns, deputado Zó.

O Sr. ZÓ:- É o tempo. Acho que naturalmente o tempo julga as pessoas. Neste momento se ficarmos aqui batendo boca, acusando um, acusando outro... Naturalmente a sociedade vai avaliar o que foi que cada um fez. A sociedade tem feito isso, tem avaliado isso com muita precisão nas últimas eleições, em nível nacional, estadual e até mesmo no municipal quando trocou prefeito anterior pelo prefeito ACM Neto dando uma oportunidade que ele fizesse exatamente esse trabalho.

Então, como sertanejo, como homem da beira do São Francisco, da caatinga, queria fazer este registro em um momento de dor do povo de Salvador e também em

um momento de preocupação do povo do sertão baiano com o nível de água do nosso Rio São Francisco e com a devastação da nossa caatinga no Dia Nacional da Caatinga, 28 de abril, a nossa caatinga, que no tupi-guarani quer dizer mata branca.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, quero dizer ao deputado Zó que hoje é o Dia da Caatinga mas é também o Dia Internacional da Educação. Quero aqui registrar alguns avanços que tivemos na educação no nosso Brasil, no que pese a minha postura crítica em relação aos recursos do Orçamento da União. Acho que a nossa presidenta precisa realmente enfrentar a sanha, a ganância de banqueiros dessa tal dívida pública e colocar mais dinheiro para a educação. Não é justo tanto dinheiro para pagar o serviço da dívida e apenas 90, 80 bilhões de reais para a saúde e educação.

Mesmo assim, quero apresentar aqui alguns dados desde 2009, dados do censo escolar como também do Inep que (Lê):- “apontam significativas melhorias... desde 2012, quando foi criado o programa Brasil Carinhoso, o número de crianças de até 5 anos matriculadas em creches e pré-escolas também vem aumentando.

Os mesmos índices também mostram que a maioria dos estudantes de nível fundamental e médio, em media 85%, está matriculada na rede pública de ensino.

Por outro lado, dados do QEdu indicam que o aprendizado de boa parte dos estudantes, especialmente do ensino fundamental 2, ainda está abaixo do adequado, o que aponta necessidade de investir cada vez em planos de aula mais eficientes e em formas de buscar a garantia de aprendizado.

Foi com esse pensamento que o governador Rui Costa lançou recentemente o Pacto Pela Educação 'Educar para Mudar', que tem como objetivo investir na formação do professor e envolver toda sociedade no processo educacional.

Hoje, as 19h, no Centro de Convenções, o Governo do Estado formará 2.460 novos técnicos de nível médio em Salvador. A solenidade inclui estudantes de nove Centros Estaduais de Educação Profissional e de 19 unidades Escolares que ofertam Educação Profissional na capital. Até maio, o Estado formará 4.219 jovens e trabalhadores, na capital e no interior, que estão aptos para uma inserção cidadã no mundo do trabalho.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

Desde 2009, mais de 44 mil estudantes da rede estadual da Educação já concluíram o curso técnico de nível médio em todo o Estado. Com a reestruturação da rede estadual e a interiorização da oferta de vagas, a partir de 2007, o número de matrículas subiu de 4.016 para mais de 75 mil até agora. A expansão fez da Rede Estadual de Educação Profissional a segunda maior do País na oferta de cursos técnicos de nível médio, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC.)

PACTO PELA EDUCAÇÃO

- EIXOS ESTRUTURANTES

I - Colaboração entre Estado e Municípios

II - Fortalecimento da Educação Básica na Rede Estadual

III - Educação Profissional

IV - Parceiros da Escola (universidades, empresas e outras organizações sociais).

V - Integração Família-Escola.

-METAS

Todas as crianças alfabetizadas até oito anos de idade.

Todas as crianças e todos os jovens na escola, com desempenho adequado à sua série e com sucesso na trajetória escolar.

DADOS QUANTITATIVOS DO INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA) DE 2013

Percentual de matrícula:

Em 2013, nos 190.706 estabelecimentos de educação básica do País, estavam matriculados 50.042.448 alunos, 82,8% nas escolas públicas e apenas 17,2% na rede privada. Esse número mostra a importância de o Estado e Governo Federal investirem cada vez mais em educação.

Desde a implementação do programa Brasil Carinhoso, pela presidenta Dilma Rousseff, em 2012, houve um significativo aumento das matrículas na educação infantil, creche e pré-escola, que resulta do reconhecimento da importância dessas etapas para o desenvolvimento futuro da criança e dos esforços públicos para a ampliação da sua oferta. O crescimento observado no período de 2007 a 2013 é da ordem de 16,6%.

Assim como nos anos anteriores, a creche concentra suas matrículas na dependência administrativa municipal (63,2) e privada (36,6).

O número de matrículas em tempo integral, foi superior a três milhões de alunos matriculados no ensino fundamental em 2013, apresentando uma elevação de 45,2% em relação a 2012. Muito desse avanço na educação em tempo integral se deve ao Programa Mais Educação, implantado em 2011.

A rede estadual continua a ser a maior responsável pela oferta de ensino médio, com 84,8% das matrículas. A rede privada atende 12,8% e as redes federal e municipal atendem juntas 2,4%.

Nos últimos 6 anos, a rede federal mais que dobrou a oferta de matrícula de educação profissional, com um crescimento de 108% 1,44 milhão de alunos atendidos em 2013.

Infraestrutura das escolas:

De acordo com o Censo Escolar 2013: dos alunos do ensino fundamental da rede pública:

75,7% estão em escolas que possuem biblioteca ou sala de leitura;

80,6% em escolas com laboratório de informática;

82,3% em escolas com acesso à Internet;

61,4% em escolas com quadra de esporte;

36,8% em escolas com dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

Embora tenham aumentado nos últimos anos, esses números ainda são menores que nas escolas particulares:

90,7% (biblioteca ou sala de leitura)

75,6% (laboratório de informática)

96,8% (acesso à Internet)

77,7% (quadra de esporte)

44,3% (vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida). As escolas de ensino médio possuem melhor infraestrutura que as de ensino fundamental (Tabela 24 e Tabela 25).

APRENDIZADO DOS ALUNOS:

Em 2013, 15% dos estudantes do ensino fundamental 1 (1º ao 5º ano) estavam com atraso escolar de dois anos ou mais.

Apenas 40% dos alunos aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano na rede pública de ensino.

Apenas 23% dos alunos aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano na rede pública de ensino. Até 2009 eram apenas 10%.

Apenas 35% dos alunos aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 5º ano na rede pública de ensino.

Apenas 11% dos alunos aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 9º ano na rede pública de ensino.”

Como não tenho mais tempo e quero ainda falar um pouco sobre essa questão de Salvador, quero dar como lido aqui meu texto e pedir que o registrem nos Anais da nossa Casa.

Mas queria falar também sobre essa tragédia que se abate sobre a nossa capital e sobre a minha cidade, Camaçari, que há 12 anos não é alagada. Infelizmente, o prefeito atual não fez a devida manutenção, não limpou os bueiros, não dragou o Rio Camaçari e a cidade também se viu nessa situação.

Mas todo mundo sabe que a nossa capital, Salvador, é dividida em pobres e ricos. Temos a parte da cidade constituída por grandes condomínios e temos as favelas, onde sabemos que há um amontoado de pessoas, num espaço de 20 metros quadrados, vivendo na pior situação: sem saneamento básico, sem energia decente, sem a pavimentação e principalmente sem o esgotamento sanitário.

Nesse sentido, queria fazer um apelo ao prefeito ACM Neto para que também dê uma atenção maior a essa banda da cidade que sofre mais. Estamos vendo aí o resultado dessas fortes chuvas. Faço um apelo também para todos nós, para todos os empreendedores que às vezes pensam em ganhar dinheiro, mas que não cuidam do nosso meio ambiente - essa reação da natureza está um pouco relacionada a tal questão.

Esse apelo está registrado. Acho que a unidade entre o prefeito e o governador

do Estado, nesse momento, olhando para as pessoas que estão sofrendo aí e que perderam tudo, é importante e merece os nossos aplausos.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis: - Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Hildécio e, por 5 minutos, o deputado Adolfo Viana

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra pelo tempo de até 6 minutos o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, querido deputado Alex Lima, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. e Sr^{as} presentes, neste Plenário, telespectadores da *TV Assembleia*.

Inicialmente, Sr. Presidente, quero me solidarizar com as famílias vitimadas pelas últimas chuvas de Salvador, famílias que perderam seus entes queridos, bens materiais em decorrência das últimas chuvas. Evidente que nenhum de nós quer ou deseja que tais intempéries da natureza aconteçam, mas o ser humano, mundo afora, está sujeito a sofrer com essas eventualidades da natureza e evidentemente que o poder público tem a responsabilidade de, ao seu alcance, tentar amenizar essa situação.

Solidarizo-me também com aquelas pessoas que se doaram durante esses dois dias, nas madrugadas, desde segunda-feira, para amenizar o sofrimento daquelas famílias, sejam as pessoas que voluntariamente ali estiveram, mesmo que por força do seu trabalho, como o corpo de bombeiros da Bahia, como as polícias militar e civil, os funcionários da prefeitura para tentar ajudar a amenizar o problema.

Mas creio também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e discutimos ali hoje com os colegas deputados, no valor que a prefeitura de Salvador já investiu durante esses dois anos em obras de contenção, em obras de limpeza de canais, escadarias, etc. E por isso mesmo acreditamos que a tragédia não foi maior por força das ações da gestão do prefeito ACM Neto. Acho que é o momento de união, um momento em que todos nós deveremos nos unir para buscar soluções rápidas e imediatas para que problemas como esses não voltem a acontecer. Creio que não devemos ficar aqui tentando encontrar um culpado ou os culpados, acredito até que só existe um culpado por tudo isso, somente um culpado, que é o poder público.

Poderíamos dizer até que os membros desta Casa são culpados, não desta Legislatura, mas as de 10, 15, 20 30, 50 anos atrás ou a câmara de vereadores de Salvador, ou o Congresso Nacional, os governos do Estado, os governos da União que por aí passaram, porque não planejaram e deram prioridade ao País. Nós estamos vivendo momentos de crises generalizadas, seja no segmento político, seja no segmento econômico e financeiro do País, seja a crise de ordem moral que a classe política vive nesse momento. Creio que por isso mesmo é uma oportunidade para a gente virar este País pelo avesso, porque plagiando aqui o nosso poeta Caetano Veloso, ele está “ao avesso do avesso, do avesso, do avesso”.

É preciso parar, é preciso fazer de fato uma reforma administrativa capaz de fazer com que o País possa planejar e eleger prioridades. É preciso de fato fazer uma reforma tributária, é preciso virar de cabeça para baixo a pirâmide da distribuição de receitas neste País. É inconcebível que o governo da união abocanhe mais de 65%, quase 70% das receitas produzidas pela população brasileira. Para piorar ainda mais, de forma sabidamente, a União, nos últimos anos, deixou de instituir tributos para instituir contribuição, fazendo com que essas contribuições deixassem de ser repartidas com os outros entes, com o Estado e com os municípios.

Portanto, é preciso os políticos, é preciso que o poder público deixem de fazer de conta. Ou se leva esse País a sério, ou se promovem as grandes reformas que precisamos, ou, nas próximas gerações, daqui a 10, 20, 30, 40, 50 anos, as futuras gerações continuarão presenciando tragédias iguais a essa que aconteceu aqui em Salvador.

Portanto, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, é importante que esta Casa dê a sua contribuição, é importante que todos nós deputados e deputadas procuremos, nesse momento de sofrimento da população mais pobre de Salvador, dar a nossa parcela de contribuição, de forma a amenizar o sofrimento dessas famílias mais carentes.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana por 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, saúdo a todos que nos acompanham através das Galerias e volto à tribuna depois de observar a solidariedade, deputado Carlos Geilson, dos parlamentares para com os familiares das vítimas das chuvas intensas que abalaram Salvador nos últimos 3 dias.

Mas, em breve, votaremos a urgência de um projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo. E aí, Srs. Parlamentares, chamo a atenção desta Casa, porque o Poder Executivo, deputado Luciano Ribeiro, encaminha um projeto que ele chama de reajuste dos servidores. Pasmem, Srs. Parlamentares, o reajuste proposto pelo Executivo que será apreciado por nós, por esta Assembleia legislativa, não corrige sequer o índice inflacionário. Pelos cálculos que fiz, deputado Luciano Ribeiro, e pelas informações que recebo da assessoria da Oposição, a correção inflacionária do ano passado, a inflação chegou a 7,5%, e o reajuste proposto pelo Poder Executivo é de 4%.

Ou seja, o poder de compra dos servidores públicos está diminuindo, consequentemente os seus salários estão sendo desvalorizados, deputado Sandro Régis.

O Líder do governo, o deputado Zé Neto, acaba de chegar e eu faço uma provocação a V.Ex^a e a sua Bancada: será que os senhores não acham que este reajuste proposto pelo Poder Executivo é irrazoável? Eu enho certeza de que sim, deputado Herzem Gusmão. Como podemos envolver na questão de salários e benefícios de servidores? Como podemos votar a favor de um projeto de lei que

diminui o poder de compra dos servidores do Estado da Bahia?

Eu nunca vi na história os parlamentares votarem para receber menos. Eu nunca vi na história deste Parlamento deputados ficarem sem os reajustes! E é isso que pretendemos votar hoje, deputado Luciano Ribeiro: apenas 4% de reajuste. E isso significa dizer que a inflação anual é maior do que o reajuste que esse governo propõe para os servidores públicos!

Nós da Bancada da Oposição, deputado Sandro Régis, Líder da nossa Bancada, provoco a atenção de V.Ex^a porque tenho a certeza de que sob a sua Liderança a nossa Bancada não vai compactuar com esse absurdo. Estes 4% que eles chamam de reajuste não correspondem nem ao reajuste da inflação.

É lamentável perceber que a ampla base do governo pretende tomar uma atitude como essa no dia de hoje.

Deputados da Oposição, deputados desta brava Oposição, vamos usar todo o nosso tempo para tentar chamar a atenção do governo para esse absurdo que eles querem cometer com os funcionários públicos do Estado da Bahia!

Deputado Pablo Barrozo, a proposta que eles encaminham a esta Assembleia é de 4%. A inflação anual é de 7,5%. Se já não estava dando para pagar as contas no final do mês, imagine agora, que eles terão 3,5% a menos em seu poder de compra!

É lamentável. Para não dizer que é muito triste a posição do atual governo do Estado...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Irei concluir, deputado que preside esta sessão, amigo Alex Lima, pedindo a V.Ex^a e todos os seus pares da Bancada governista que conversem, levem de volta este projeto e sensibilizem o governador da Bahia para que possam dar um aumento digno aos servidores do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero registrar a presença, a pedido do deputado Luciano Simões, do vereador Roberto, da cidade de Biritinga.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRP, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sra. Fátima Nunes:- Sr. Presidente, o deputado Zé Neto, pelos 11 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Zé Neto, Líder do governo, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, todos os presentes, hoje é uma tarde importante. Temos aqui o dever e a obrigação de votar a política salarial do nosso governo - do nosso Estado, melhor dizendo. É uma política salarial debatida com as entidades, trabalhada com as entidades. Tem um caráter muitíssimo singular neste atual momento da conjuntura, diria, internacional e nacional.

Ainda ontem, eu assistia a relatos significativos de como anda a política internacional. O Japão vai crescer 1%, deputado Antônio. O Japão, que foi o grande tigre asiático dos anos 90, que gerou na Ásia os Tigres Asiáticos vindos de lá, onde

foi disseminado o crescimento tecnológico e industrial naquele continente. Foi o Japão, repito, que gerou nos anos 90 o que nós conhecemos como os Tigres Asiáticos. Ele vai crescer 1%.

O País da Europa mais equilibrado financeiramente, deputado Reinaldo Braga, a Alemanha, vai crescer 1,7%, podendo crescer só 1,5%. A China, que já cresceu 12%, vai crescer 6,7%.

E aqui no Brasil esse quadro tem um reflexo importante. Deputado Carlos Geilson, o Estado do Paraná atrasa salários e não terá nenhum reajustamento. Nem linear nem - ao que parece - acordo de categoria. Da mesma forma, o Estado de São Paulo está com dificuldades, enfrentando uma greve de mais de 50 dias na Educação e sem previsão, deputado Gika, de que haja reajustamento salarial.

E por aí vai. Nós da Bahia estamos fazendo o dever de casa. Isto tem sido a nossa tônica com todo o vigor: manter a política de reajuste linear. E neste ano de 2015 vamos aqui conceder 6,41% aos 260 mil servidores do nosso Estado, o que tem um valor significativo.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- Está inscrito, deputado.

Vamos dividir esse pagamento, evidentemente, porque são as dificuldades postas. Mas é bom recordar que manteremos os acordos firmados porque aqui temos, diferentemente do que acontece em outros Estados, o linear, além dos acordos com as categorias que estão sendo cumpridos, como o pagamento da GAP-V aos policiais civis e militares e o reajustamento dos professores, também fruto de um acordo celebrado no ano passado e que repercute ainda agora, em junho. E esse, sem nenhum medo de errar, é o caminho da possibilidade econômica do Estado, sem colocar em risco obviamente as condições financeiras e fiscais, que hoje são muito delicadas.

Quero chamar a atenção para isso, porque não se trata agora, deputado Sandro Régis, de uma discussão. V.Ex^{as} fazem o seu papel de oposição, que é da democracia e de nós tem todo o respeito, mas este não é o momento de ficar aqui apenas na disputa de palanque.

Nós temos hoje uma grande responsabilidade de Estado, porque a responsabilidade atualmente não é só de governo, não é só do governador Rui. É de darmos neste momento passos que possam não comprometer o equilíbrio do nosso Estado, as condições de equilíbrio dele, para que mantenhamos o pagamento dos salários dos nossos servidores. Eles ao final do ano terão com certeza, na sua grande maioria, inclusive ganhos reais em função dos reajustamentos de carreira e funcionais oriundos de todos dos acordos celebrados. Sei exatamente o que estamos vivendo porque vivo o dia a dia.

Ainda ontem, conversando com professores das Universidades - e me lembro da conversa que tive com o deputado Herzem -, eles reclamavam falando da necessidade de mais recursos para a infraestrutura delas. Mas nenhum deles é capaz de dizer que não houve acréscimo financeiro e acréscimo de atenção às Universidades. Inciamos o governo há 8 anos, quando havia repasses de 360 milhões para todas elas. Hoje já estamos ultrapassando 1 bilhão e 100 milhões em repasses e

financiamentos dos cursos universitários na Bahia para as 4 Universidades Estaduais.

Óbvio que todos sabem que a inflação não chega a 55%, que o reajustamento de Orçamento nestes 8 anos não chega a 60%, mas sai de 360 e vai a 1 bilhão e 100 milhões. Então, sabem também que o tamanho desse reajustamento é exatamente muito acima da inflação, muito acima da correção dada ao Orçamento e muito próximo do que nós queremos. E nós queremos mais, mas temos de ter o compasso das contas.

O que cresceu foram os gastos com pessoal ou, melhor dizendo, os investimentos em pessoal. E esses são investimentos que estão crescendo no mundo inteiro, aqui mais ainda, porque não há uma categoria que não tenha tido ganho real nestes últimos 8 anos. É essa a política que estamos a defender. Mas essa política que estamos a defender é a da responsabilidade com a coisa pública do ponto de vista fiscal, num momento delicado do nosso País.

Porém eu diria que é um momento delicado que vai nos ensinar muito, trazendo não só para a Bahia, mas também para o Brasil, a capacidade de otimização, de melhoria dos gastos públicos e de um melhor relacionamento com eficiência. Esse é o grande mote dessa crise, porque a crise não vem para nos destruir, ela vem para saber o tamanho da nossa capacidade e o tamanho da nossa competência para enfrentar as adversidades.

Mas, eu quero, antes de encerrar, dizer para a Oposição, e principalmente ao Líder Sandro Régis, que ontem me ligou dando uma demonstração de grandeza. Hoje nós iríamos aqui - que tínhamos marcado com antecedência e articulado, inclusive, esse momento pelo nosso presidente, o deputado Marcelo Nilo, que teve de pronto, tanto de minha pessoa, como Líder do Governo, como do deputado Sandro Régis o aceite, - fazer com que os músicos baianos tivessem uma reserva, uma espécie de reserva de mercado importante para a nossa cultura, importante para o nosso lazer, para a nossa economia e importante para disseminar esses artistas que precisam do espaço, deputado Bobô, aqui no nosso Estado, mais delimitado. E era hoje esse encontro, e o deputado Sandro Régis ontem me ligou dizendo que estava marcado com antecedência, mas que nessa hora de tristeza do povo baiano, de tristeza do povo desta capital, que nós deveríamos buscar uma remarcação.

E esse sentimento eu trago para cá, ao encerrar a minha fala, para exatamente dizer que eu assisti logo cedo a Oposição, vi o deputado Pablo se manifestar, vi o deputado Rosenberg se manifestar, vi alguns dilemas serem colocados aqui desse púlpito, mas eu quero dizer, deputado Sandro Régis, que o nosso momento agora, principalmente com relação a Salvador, é o momento de deixar de lado os culpados. Nós não precisamos, nesse instante, de culpados, nós precisamos, nesse instante, de braços e solidariedade.

As questões históricas postas a Salvador não vão ser resolvidas aqui na discussão e não devem ser tratadas agora como dilema. O nosso maior dilema agora, nesse instante, é darmos as mãos, e as consciências estarem elencadas, juntas, para tratar desse momento difícil que atravessa a nossa capital.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Zé Neto, eu quero só fazer uma colocação. O reajuste que V.Ex^as propõem, que o Poder Executivo propõe para que seja apreciado por esta Assembleia Legislativa, a urgência que será apreciada hoje, eu quero só colocar os números reais. Chega até mim o documento, e V.Ex^a reafirma desta tribuna que o reajuste será de 6,6%, e nas minhas contas, este ano, o reajuste não passará de 4%. Então, nós vamos apreciar um projeto onde V.Ex^a afirma que o reajuste será de 6,6% e eu afirmo que será menos de 4%.

Então, eu queria que isso fosse amplamente discutido para que os parlamentares que vão apreciar e dar o voto possam saber, exatamente, que aumento será esse que o servidor terá.

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Adolfo, quero encerrar a minha fala, eu peço apenas ao presidente uma pequena tolerância.

Dizer a V.Ex^a que nós, da Bahia, eu peço a V.Ex^a que faça uma pesquisa em todo o país, V.Ex^a verá duas coisas: primeiro, os estados brasileiros que vão encerrar o ano sem perdas, do ponto de vista da manutenção do equilíbrio salarial e do ganho com relação à inflação, V.Ex^a encontrará a Bahia, talvez, entre os quatro, não sei se vão chegar a quatro, que dê esse aumento linear, ou que dê essa garantia, ao fim do ano, que os trabalhadores tenham esse ganho.

E tenha a certeza, V.Ex^a, que eu posso dizer isso, eu não sei se temos mais dois estados no Brasil que além do linear mantém, como nós temos mantido, a política salarial dos acordos e das devoluções de carreira. Temos plena consciência de que esse DNA, o DNA da defesa dos trabalhadores, o DNA da defesa dos interesses do funcionalismo público baiano, esse nos alimenta e continuará a nos alimentar.

Quero dizer a V.Ex^a que nós não estamos aqui, diria, dando outra coisa senão o possível. Mas, queremos avançar. E vamos avançar ao ultrapassar esse momento de dificuldades. Já dissemos a V.Ex^a: estamos no Brasil dando um exemplo muito grande de compreensão e de fortalecimento da classe trabalhadora.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder do bloco parlamentar DEM/PV, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Herzem Gusmão e, no restante do tempo, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados...

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, interrompendo um pouco. Não era horário do PSD, tempo do PSD, depois do PTN?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O PSD não falou não?

A Sr^a Fátima Nunes:- Não, o PSD não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, peço desculpas. Deixe o

deputado falar, depois volto para o PSD, viu?

A Sr^a Fátima Nunes:- Pois não.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Pode zerar, por gentileza, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Zero. Agradeço a V.Ex^a. É que cheguei aqui agora. Depois volto com o PSD. Obrigado. Zere o cronômetro e marque 6 minutos do deputado Herzem Gusmão.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Já declarei aqui nesta Casa que ouvi uma reportagem, há muitos anos, que dizia ser Salvador uma das cidades mais difíceis de ser governada em toda a América Latina. E é verdade.

Recentemente vi uma outra notícia que cheguei a não acreditar. Salvador é uma cidade de 3 milhões de habitantes, em que 2 milhões desses habitantes moram nos morros, em áreas de risco. Quem chega em Salvador vê, pelas janelas do avião, e acaba constatando esta realidade. É uma cidade muito difícil de ser governada, porque cresceu de maneira desordenada.

No Brasil tem o fenômeno dos prefeitos que elaboram um plano diretor urbano, e esse plano fica engavetado. Foi isso que aconteceu ao longo dos anos na história da primeira capital do Brasil, e chegamos a esse estágio.

Isso que aconteceu em Salvador – e a gente lamenta o sofrimento – entendo que não seja hora de acusações. Guardadas as devidas proporções dos fenômenos da natureza, das intempéries da natureza, repito, guardadas todas as devidas proporções... Temos o terremoto do Nepal, o vulcão no Chile. Recentemente acompanhamos aquele vendaval em Santa Catarina, que tem uma estrutura extraordinária, em que vimos o sofrimento, a devastação, as mortes, os prejuízos. E aqui em Salvador o volume de água foi uma coisa assombrosa.

O CREA declarou que Salvador tem um solo firme, não é um solo ruim. Ruim, o CREA destacou, é a ocupação desordenada de muitas pessoas que vivem nessas áreas de risco. Agora, serviu também para a gente observar que mais uma vez, o melhor prefeito do Brasil foi testado. Diligente, austero, não se acovardou. E estamos vendo que Salvador tem governo.

Não estou falando agora porque sou deputado. No rádio, em Vitória da Conquista, quando comecei a vir à Salvador, antes e depois de ACM Neto. Confesso que você vê aqui governo. Vê administração e realmente, neste momento, o governo federal, o governo do Estado têm que se aliar ao sofrimento do povo da Bahia, estendendo as mãos para que todos, em mutirão, possam tirar Salvador dessa situação. Pelo menos amenizar, Sr. Presidente, essa situação que estamos vivenciando aqui na capital.

Aqui vários Srs. Deputados falaram e destacaram que o prefeito ACM Neto já investiu nessa direção da drenagem e da macrodrenagem das encostas de Salvador 200 milhões de reais. Uma prefeitura que se tornou adimplente, era inadimplente. Lá em Conquista eu ouvia falar, e era verdade, que a Prefeitura de Salvador não tinha credibilidade para comprar uma vassoura em qualquer fornecedor da capital. Hoje estamos vendo um governo, um homem, um gestor, eleito o melhor prefeito do Brasil. Não foi a toa que tenha sido eleito o melhor do Brasil.

Portanto, esperamos a compreensão desse fenômeno de Salvador. Em sete horas houve mais de 200 mm, a chuva mais intensa dos últimos 21 anos. E olha, colegas deputados, o povo é sábio. A população está entendendo, está vendo governo e, por isso, vemos uma população não cobrando de maneira ilegal, cobra o que tem direito, com sensibilidade. Entendendo que tem um governo, um gestor, um prefeito presente.

Gostaria, agora, de fazer um registro em relação à nossa CDL de Vitória da Conquista. Começou como Clube de Dirigentes Lojistas; agora é a Câmara de Dirigentes Lojistas, completando nesta data 52 anos. Tem à frente uma mulher, uma gestora de sucesso, que assumiu a CDL e já provoca na prefeitura a pressa na organização do comércio e revitalização do centro comercial de Vitória da Conquista. A CDL começou a fazer algumas intervenções e tem provocado junto ao governo e a Prefeitura Municipal a organização do nosso comércio e centro comercial.

Daqui o nosso abraço aos lojistas, daqui o nosso abraço a CDL e o nosso reconhecimento à presidente Claudia Dutra, conhecida e chamada carinhosamente de Claudinha.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, muito bom falar depois desse brilhante orador, deputado Herzem Gusmão. Ouvi atentamente o discurso do deputado Zé Neto, Líder do governo, tentando justificar esse baixo reajuste que o governo do Estado oferece os servidores. Ele foi ao Nepal, aos Estados Unidos, a Alemanha, à China e à Conchinchina, mas, deputado Zé Neto, o que está em prática é que o Partido de V.Ex^a sempre destacou, nos governos passados, que os reajustes não eram maiores, porque não havia comprometimento, não havia boa vontade. Agora, V.Ex^a usa o discurso do passado às avessas para tentar justificar esse baixo reajuste que o governo do Estado passa aos servidores.

No passado, ele mesmo usou a tribuna tantas e tantas vezes para cobrar um reajuste maior. Por mais que se explicasse, meu caro deputado Adolfo Viana, àquela época, que o Estado não tinha condições, o deputado Zé Neto assim não entendia. Agora vem com um discurso vazio, tem que justificar o seguinte: o Estado da Bahia está quebrado, as finanças estão nas ruínas, gastou-se demais, gastou-se de forma desordenada e, em alguns momentos, até de forma irresponsável. Ora, se gasta dinheiro de forma desmedida, obviamente que na hora de fechar as contas falta dinheiro. E aí tem que puxar daqui, dali, estica daqui, de acolá, para tentar dar um reajuste que não é o reajuste que os servidores da Bahia merecem e precisam.

E o que mais me chama a atenção é esse silêncio dos sindicatos que representam as categorias e que aceitam e que são engabelados e que na primeira reunião não levam a discussão enfática para os seus servidores, para os seus associados. Essa é a questão que nos surpreende. Onde estão os sindicatos? Onde

estão os sindicalistas combativos que vinham aqui para protestar dos governos passados? Onde eles estão? Nas folhas de pagamento? Onde eles estão? Reunidos agora? Levantando palavras de ordem ou estão silentes, calados, cabisbaixos e acabrunhados nas folhas de pagamento? Onde eles estão agora? Nós não sabemos. Nós não os estamos encontrando. Onde os debates e as assembleias tão importantes aconteceram para se discutir? Até mesmo se aceitassem o reajuste do governo, mas que, pelo menos, tivessem um debate amplo que aclarasse a participação daqueles que merecem um reajuste maior e que estão sofrendo neste momento. O governo de V.Ex^a é um governo intolerante e que não sente na pele a dor desses servidores que estão passando por suas dificuldades.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Com prazer, ouço o deputado Adolfo Viana que pediu primeiro o aparte.

Eu não vou fazer como V.Ex^a que não concede aparte. Eu vou lhe dar o aparte, deputado Zé Neto, depois do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Carlos Geilson, eu agradeço e serei bastante breve, até para que V.Ex^a tenha tempo de dar o aparte também ao deputado Zé Neto para ver se ele consegue responder a esta Assembleia.

Eu estou aqui a afirmar que o reajuste do ano de 2015 para os servidores será algo em torno de 3,5%. E desafio o deputado Zé Neto para que façamos a conta juntos. Reajuste não, reposição, porque foi metade da inflação.

Eu perguntei ao deputado Zé Neto enquanto ele estava na tribuna, porque no projeto que o governo encaminhou eles falam em mais de 6,5%, mas nas minhas contas só chega a 3,5% o reajuste para o ano de 2015.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado Zé Neto, V.Ex^a tem 15 segundos, por favor.

O Sr. Zé Neto:- Quero só lembrar a V.Ex^a que esses resultados chegam a esta Casa fruto de acordo e de um acordo trabalhado com muita tranquilidade e, diga-se de passagem, com as contas na mesa, com toda transparência, com a avaliação nacional do quadro financeiro do País e de todos os Estados, inclusive os Estados do Rio de Janeiro, governado pelo PMDB, de São Paulo, Paraná e Goiás governados por V.Ex^{as} que hoje compõem a Oposição.

E só para dizer a V.Ex^a uma outra situação, é bom que V.Ex^a faça uma visita aos índices de reajustamento de períodos anteriores ao nosso governo e V.Ex^a vai ter um choque, cuidado para não ser anafilático.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Olha, 3,5% é o reajuste real.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Eu só quero, para concluir, Sr. Presidente, dizer que os sindicalistas que estão sendo tão benevolentes agora tenham a mesma complacência, em maio, quando se discute a data-base do servidor da capital, porque aqui para o Estado é janeiro e eles aceitam para maio tranquilamente, vejam só, 5 meses depois, agora na prefeitura de Salvador o reajuste tem que ser aberto a discussão logo a partir do dia 1º de maio. Esses sindicalistas que estão sentados de

forma confortável, refestelados em suas cadeiras, espero que continuem assim. Agora, sabemos que é um jogo de interesses: para o governo do Estado a benevolência, a complacência; para a prefeitura de Salvador o ferro, o o fogo, a foice e o martelo.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, por 6 minutos, falará o deputado Bira Corôa, depois, a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras visitantes, especialmente o nosso povo de Biritinga aqui presente, em nome do prefeito Gil quero saudar todos os que estão aqui presentes, vereadores, lideranças, faço uso da palavra neste exato momento, fugindo até do que me preparei para falar nesse pouco tempo, para tranquilizar um pouco o nobre deputado Carlos Geilson e a Oposição que estão inconformados, talvez, por não compreender a dinâmica do processo de transformação política e os avanços obtidos pela categoria dos trabalhadores e trabalhadoras deste Estado e a consciência prestada por esses servidores ao longo dos tempos.

O que queria chamar a atenção é do que está levando os sindicalistas baianos, em especial do serviço público, em concordar com o acordo com o governo. É porque eles têm um histórico, deputado Carlos Geilson, do que eram as gestões anteriores e o que é a gestão do PT. Vou rememorar V.Ex^{as}, tenho pouquíssimos dados, mas me disponho a fazer o debate, se necessário. Basta dizer que a remuneração para os policiais militares, praças, no acumulado de 99 a 2006, gestão anterior ao PT, foi de 20,98% de ganho real. Nesse mesmo período, ou seja, no período de 2007 a 2014, aí sim, gestão do PT, esse acumulado de ganho real é de 80,92%. Vou para outra categoria, se acharem necessário, ou para outras, só para clarear um pouquinho os dados e as informações e até justificar a indignação da Oposição de não se encontrar no processo de debate e discussão política para justificar o hoje em detrimento do que foi o ontem.

E aí, Sr. Presidente, queria chamar a atenção, porque delegado de polícia, no mesmo período, de 99 a 2006, teve um ganho real de 31,10%. No governo do PT, como assim eles estão dizendo, de 2007 a 2014, 93,69%. E posso ir além, a todas as outras categorias, mas vou apenas pegar os médicos, a categoria da área de saúde. Os médicos, que obtiveram no acumulado de 99 a 2006 um ganho real de 54,64%, no governo que estão condenando, que eles chamam de governo do PT, mas que quero afirmar, um governo de uma base aliada de diversos partidos comprometidos com os interesses do povo baiano, esse ganho real, Sr. Presidente, de 2007 a 2014 foi de 213,09%. Eu poderia pegar todas as categorias e mostrar que os ganhos são acima do dobro do que eles acumularam num período equitativo.

Então, Sr. Presidente, entendo o papel da Oposição e até a indignação e insatisfação por não conseguir buscar adeptos para fazer eco ao discurso na tentativa de desqualificar os avanços sociais e econômicos obtidos com os servidores públicos do Estado da Bahia a partir da gestão do Partido dos Trabalhadores e dos partidos da base aliada. E é por isso que entendo, compreendo, faz parte da dinâmica política, mas dou apenas um pouco mais de calma à Oposição. Não precisamos queimar cartuchos numa discussão onde os dados e os fatos já depõem contra os discursos aqui apresentados.

Mas, Sr. Presidente, quero voltar, no pouco tempo que me resta, para falar sobre o que me inscrevi, que é parabenizar o município de Santa Cruz de Cabrália que, no último dia 26, domingo passado, realizou uma missa comemorando o marco da chegada da religião católica e da igreja católica no Brasil, 515 anos, no local onde foi celebrada a primeira missa, em Coroa Vermelha, ao pé da cruz, símbolo registrado. Teve a organização do município, através da prefeitura municipal, de todas as secretarias envolvidas e, em especial, da igreja católica, com a presença do bispo e de mais de 60 padres de toda a região, e isso mostrando o marco, uma festa bonita, uma missa campal celebrada para milhares de pessoas, reafirmando o papel e a importância do povo brasileiro, com a presença marcante dos índios, que compreendem muito bem aquela região, que inclusive é território indígena, e conseqüentemente reafirma um ato importante, estratégico, histórico, cultural e religioso de todo o povo de Cabrália e de toda a região e – por que não dizer? – do povo baiano.

Sr. Presidente, usarei o meu tempo restante para dizer que estou encaminhando a esta Casa uma moção de aplauso pelo exercício da reafirmação do município, pelos seus traços e pela sua cultura, mas, acima de tudo, pelo marco de 515 anos da Igreja Católica na Bahia e no Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar DEM-PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, o tempo do PSD foi dividido para o deputado Bira Corôa e para a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- O presidente me passou a informação de que o tempo é do DEM.

A Sr^a Fátima Nunes:- Houve alteração.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Então, o tempo é do PT?

A Sr^a Fátima Nunes:- Falta agora só o tempo do PT. Eu estava controlando a lista.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Com a palavra a nobre deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, pessoas presentes às Galerias, que estão bem participativas hoje, com líderes e a juventude da luta, as taquígrafas, que certamente em breve terão seu dia, os nossos

jornalistas, a imprensa, quero registrar nesta tarde 3 temas bem diferentes do projeto que daqui a pouco estaremos votando, até porque já foi muito bem debatido pelo nosso Líder Zé Neto, cujas palavras reitero, acrescentando ainda as do deputado Bira Corôa.

Quero lembrar neste dia da caatinga, que é o dia do caatingueiro também, que o nosso povo do sertão, da caatinga, recebe hoje um olhar diferente dos nossos governantes. E com isso tem a oportunidade de viver bem melhor do que em outras épocas.

Digo isso com a felicidade e certeza de que quanto mais oportunidades forem criadas para que os homens e as mulheres do sertão, da caatinga, possam viver dignamente na sua terra natal, menos estes virão se acumular nas cidades grandes. Principalmente aqui em Salvador, quando eles vêm do interior para capital sem trazer grandes recursos, conseqüentemente não têm a possibilidade de morar nos bairros mais ricos, como a Graça, a Pituba. Aí, naturalmente se acumulam em alguns bairros periféricos, vivendo muitas dificuldades.

Por ser uma cidade bastante acidentada, muitas vezes acabam morando nas encostas, e quando vem um tempo como esse que nós vivemos domingo e segunda-feira, ocorrem as tragédias, o que foi lamentado aqui por muitos, aos quais me somo, com os meus pêsames para as famílias atingidos pelos desmoronamentos e tiveram ceifadas vidas de seus entes queridos. Percebemos que é possível e necessário se fazer muito para que o nosso povo não precise vir morar na capital. E é nesse sentido que eu, cada vez mais observo, parabeno e me junto ao trabalho desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, a CAR, porque tem levado, através de convênios com as associações, vários programas para melhorar a vida das pessoas. Hoje podemos ver 1 milhão e 100 mil pessoas que têm cisternas construídas ao lado de suas casas para guardar água de chuva. Passamos nesse final de semana em algumas localidades entre Tucano e Quijingue e vimos muitos equipamentos. Máquinas retroescavadeiras estavam por lá trabalhando, fazendo tanques profundos para colher a água da chuva, porque o sertanejo, em primeiro lugar precisa de água, mas também precisa de uma assistência técnica, e aí eu vejo o quanto são importantes associações como a Cooperacaju, Coopercuc, a ASA, a ARCA, que hoje podem desenvolver convênios de assistência técnica. E os técnicos que se formam nas Escolas Famílias Agrícolas, em escolas técnicas do interior, com os cursos profissionalizantes, estão hoje, também, prestando esse serviço às suas próprias comunidades. Através desses convênios, recebem recursos públicos para prestarem serviços às comunidades. Por isso, quero dizer do apoio importante da Conab, com o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, de produtos agrícolas, por meio da compra antecipada. Produtos adquiridos pelas associações e repassados para aquelas famílias que ainda têm carência nutricional e alimentar. É dessa forma que podemos dizer que hoje temos implantado no interior da Bahia, nesse grande Semiárido baiano, um programa de convivência com o Semiárido que é uma política pública desenvolvida pelos vários órgãos do governo do Estado da Bahia, mas com parceria também com muitas instituições públicas e movimentos sociais. Estaremos, com

certeza, recebendo mais ainda esse apoio, porque todas essas propostas que estão dando certo estamos colocando no Plano Plurianual, para que nestes 4 anos de governo do governador Rui Costa, todas essas políticas possam ter continuidade com sucesso, com liberação de recursos para maior investimento na agricultura familiar.

Quero, por último, dar os parabéns ao nosso governador Rui Costa, que nesse trabalho com a educação, estará, hoje à noite – e aí desejo que a votação seja rápida e breve, para que possamos comparecer –, na festa de formatura de 4.200 técnicos que recebem seus diplomas e assim estão preparados para servir muito mais às nossas comunidades, prestando serviços técnicos em toda a nossa Bahia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, que tempo é esse?

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Do PT.

O Sr. Sandro Régis:- Acho que o Sr. Presidente Marcelo Nilo já concedeu o tempo do PT antes.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Não, não! É o tempo do PT. Vai falar o deputado Joseildo Ramos. (Pausa.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Quero cumprimentar a todos os deputados e deputadas que se encontram aqui, a todos que estão presentes às Galerias e a quantos nos ouvem e nos assistem pela *TV Assembleia*. Estávamos falando há pouco de questões afetas aos problemas por que passa o nosso País, relacionados com as dificuldades macroeconômicas. E a Bahia, como um Estado importante, é mais um dos Estados onde a renda *per capita* é das menores, considerando as 26 Unidades da Federação e também o Distrito Federal. Muito se falou nesta tribuna acerca do tamanho da reposição salarial, acerca da ausência aguerrida dos sindicatos e a desconfiança, principalmente, daqueles deputados de Oposição.

Ora, não é de se estranhar. Existe da parte do governo estadual uma permanente mesa de negociação, com transparência, com os dados colocados sobre a mesa, uma crescente e aprofundada relação de confiança. Boa parte das lideranças que fazem o atual governo do Estado da Bahia é egressa do ambiente sindical, das lutas sindicais, da organização plural da sociedade civil baiana e brasileira. Portanto, não há que se estranhar.

Boa parte das lideranças oposicionistas nesta Casa não conhece essas relações com o sindicato, não conhece a atividade sindical, sempre esteve afastada, distante, à margem da realidade sindical. Portanto, esse projeto é fruto de um processo avançado, inaugurado desde a gestão de Jaques Wagner na Bahia, governador republicano, com características, efetivamente, diversas daquelas que no passado

recente caracterizou a Bahia como um dos Estados de administração estadual mais totalitária entre todos os estados brasileiros.

Este momento é um momento diferenciado. É por isso que o projeto vem redondo. É por isso que o projeto vem num ambiente de acordo, num ambiente de cumplicidade cidadã. A realidade macroeconômica do País não permite que o projeto venha com base em outro momento que não este, senão seria uma irresponsabilidade, seria um ato surreal. Entretanto, apesar desse projeto, estão mantidos os acordos nas diversas categorias, que terão ganho real, que terão progressão vertical, porque já tiveram em acordos anteriores toda a sistemática de avanço nas carreiras de Estado, tanto do ponto de vista horizontal quanto do ponto de vista vertical. Isso não se via num passado recente na nossa querida Bahia. É preciso ter responsabilidade, porque nos dias vindouros a Bahia precisa continuar gerando oportunidades. A Bahia precisa ter um ato de responsabilidade com a forma de governar. Essa é a grande diferença.

Porém, não podemos deixar de considerar outra discussão que permeia o interesse desta Casa Legislativa. Muito poucos foram aqueles que vieram a esta tribuna para se ocupar de um assunto importante para a classe trabalhadora brasileira e que fez ferver, mais uma vez, as ruas, as centrais sindicais, para um posicionamento firme da sociedade brasileira em torno de uma questão que estava adormecida desde 2004, quando se apresentou o projeto de lei 4.330, que desregulamenta o mercado formal de trabalho neste País. Parece-me que não é algo pouco importante. Estamos tratando de um dos maiores mercados de trabalho de todo o mundo. Estamos tratando do que representa a renda do trabalho na produção de riqueza deste País. Estamos tratando dos níveis de produtividade do trabalho que tem caracterizado essa relação recente no Estado brasileiro. Essa desregulamentação precariza, retira direitos, diminui a renda, faz com que o trabalho seja aviltado em detrimento, inclusive, de todo interesse do trabalhador de galgar uma vida melhor, que deveria ser a promessa de vida de todo ambiente do trabalho.

Entretanto, poucas são as vozes que aparecem nesta tribuna. Até parece que essa discussão não cabe a este parlamento, não cabe a qualquer Câmara de Vereadores deste país; até parece que esta matéria que está sendo votada no ambiente do Congresso Nacional - agora foi para o Senado - não vai modificar a relação entre o capital e o trabalho no nosso país.

Parece que estamos num momento surreal e o parlamento baiano não pode continuar silente tal qual está, agachado, sem pegar firme numa matéria que diz respeito, inclusive, à possibilidade de, em se tratando de lei na forma como está redigido o texto final que está no Senado, significar nos próximos 8 anos que apenas 25% daqueles detentores dos postos de trabalho estejam como trabalhadores efetivos, como trabalhadores aplicados na atividade-fim. Portanto, é o Brasil tirando aquilo que existe de melhor, construído com décadas de suor, de sangue após 73 anos da Consolidação das Leis do Trabalho, que deveria, sim, estar sendo modernizada, tornada contemporânea.

Hoje estamos rasgando a oportunidade de melhorar os níveis de remuneração do trabalhador brasileiro. Mas por que isso acontece? A origem da defesa dos

interesses maiores do capital nacional e internacional está no financiamento privado de campanha, está na sub-representação do parlamento brasileiro nos seus três níveis. Aquele que financia a campanha tem na maior parte dos parlamentares brasileiros a defesa incontestável do capital em detrimento do trabalho. Não é à toa que o Sr. Eduardo Cunha, que oficialmente prestou contas de ter recebido 6,8 milhões de reais dos empresários, dos industriais. Ele está defendendo a linha de pensamento daqueles que lhe financia.

Se traçarmos uma linha do que significa a matriz ideológica de um congresso conservador, vamos perceber que a bancada ruralista, que a bancada do empresariado, em detrimento de toda a pluralidade da sociedade brasileira, não representa de fato os anseios mais legítimos daqueles que precisam submeter a sua mais valia para levar o pão de cada dia para sua casa.

Então, nós não estamos ouvindo quem é quem nesta casa. Não estou ouvindo uma voz sequer da Oposição para subir a esta tribuna defendendo esse verdadeiro crime de lesa-pátria que vai significar a precarização do trabalho em nosso país, a mexicanização do mercado formal de trabalho deste país.

Por fim, sacramentando esse pronunciamento, gostaria de dizer que a tragédia não pode ser celebrada, mas ela aponta caminhos. Há dezenas e dezenas de anos a natura demonstra e aponta que deve, sim, fazer planejamento para que tenhamos as diretrizes estratégicas do papel que deve ter o chefe do Executivo local. Não é possível que todos os anos se anuncia o aguaceiro que aconteceu por esses dias, mas aquilo que é estruturante não permeia o rol das prioridades que está nos diversos gabinetes do Executivo local da nossa capital.

É preciso fazer a inversão de prioridades. Aquela população que vive nas encostas não recebe, historicamente, a mão do Estado baiano, da nossa capital, e aí está o resultado! Não é o momento, sob hipótese nenhuma, de desconsiderar a gravidade da tragédia, mas é o momento de deixar um alerta, de maneira inequívoca, de que a natureza aponta o caminho. O caminho está posto, e é preciso inverter a prioridade e ter a coragem de dizer que aquele que mora na encosta, aquele que mora numa área conturbada merece a mão do Estado, e isso não está acontecendo em Salvador.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do dia. Srs. Deputados, temos cinco projetos para votar hoje. O primeiro deles, que versa sobre o auxílio-moradia dos juízes e desembargadores, já está nesta Casa há um ano e quatro meses. Ele está na ordem do dia, e eu vou colocá-lo em votação. Na realidade, eles já estão pagando, mas eu sempre achei que era ilegal. O presidente do Tribunal de Justiça esteve aqui, solicitando que aprovássemos o projeto, e vamos colocá-lo em votação.

Designo para relatar a matéria o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo

Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Passo a relatar agora o (Lê):- “Projeto de Lei nº 20.945/2014, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que dispõe sobre o pagamento da ajuda de custo para fins de moradia prevista no art. 65, II, da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 – LOMAN, devida aos membros do Poder Judiciário do Estado da Bahia, revoga o art. 179 e parágrafo único da lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, e dá outras providências.”

Sr. Presidente, o projeto é legal e constitucional. Portanto, o meu parecer é pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Paulo Rangel. Os Srs. Deputados que aprovam, no âmbito das comissões, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto de lei nº 20.945/2014, de procedência do Tribunal de Justiça. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado em primeiro turno.

PROJETO DE LEI Nº 20.945/2014

Dispõe sobre o pagamento da ajuda de custo para fins de moradia prevista no art. 65, II, da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 - LOMAN, devida aos membros do Poder Judiciário do Estado da Bahia, revoga o art. 179 e parágrafo único da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA faz saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A ajuda de custo prevista no art. 65, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 35, de 14 de março de 1979, devida aos magistrados ativos do Poder Judiciário do Estado da Bahia, será paga, mensalmente, no valor correspondente ao quantitativo pago aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º -A ajuda de custo, de caráter contínuo e ininterrupto, possui natureza indenizatória e não se incorpora ao subsídio do magistrado.

Art. 3º - Não se concederá a ajuda de custo quando:

I– houver na localidade residência oficial à disposição do magistrado, ainda que não a ocupe;

II– o cônjuge ou companheiro do magistrado ocupe imóvel funcional ou receba o mesmo benefício do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia ou de qualquer outro órgão público, residindo ou exercendo ambos as suas atribuições na mesma localidade;

III– outra pessoa que resida com o magistrado receba a vantagem da mesma natureza;

IV– sobrevier renúncia, falecimento, aposentadoria ou disponibilidade, exoneração ou perda do cargo, licença sem percepção de subsídio, opção por recebimento do mesmo benefício em outra instituição ou qualquer das vedações previstas neste artigo.

Art. 4º - O magistrado deverá indicar o local de sua residência e declarar a não incidência de qualquer das vedações previstas no art. 3º desta Lei ao requerer a ajuda de custo, bem como comunicar de imediato o surgimento de qualquer dessas vedações.

Art. 5º - O direito à percepção da ajuda de custo não será estendido, em hipótese alguma, aos pensionistas ou sucessores do magistrado falecido.

Art. 6º - Fica revogado o artigo 179 e parágrafo único da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do Poder Judiciário.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, em de
de 2014.

JAQUES WAGNER
Governador

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo projeto é um projeto de resolução, o qual já foi aprovado pela Mesa Diretora, que autoriza a realização de uma sessão na cidade de Santo Antônio de Jesus, no dia 07 de maio de 2015. Portanto, Srs. Deputados, teremos uma sessão itinerante na cidade de Santo Antônio

de Jesus, no dia 07 de maio.

Esse é um projeto de resolução que já foi aprovado na Mesa Diretora. Designo o deputado Euclides Fernandes para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Assembleia Itinerante é um projeto que teve uma presença nas regiões do Estado da Bahia da Assembleia Legislativa, realizando sessão ordinária e se aproximando da população regional.

O Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Marcelo Nilo, designa-me para relatar o presente projeto, que tem como objetivo dar continuação a esse projeto da Assembleia Itinerante, em que a Assembleia vai, *in loco*, às regiões, ouvir a população regional, seus reclames, suas reivindicações. Um projeto que, verdadeiramente, contribuiu bastante para o crescimento perante a população, a sociedade baiana, da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Consequentemente, a Resolução nº 2.326/2015, que retoma essa atividade desta Casa de Leis, deste Poder Legislativo, meu caro e queridíssimo Paulo Rangel, que é importante e necessária a sua aprovação para darmos continuação a Assembleia Itinerante, é perfeitamente constitucional e em conformidade com o que permitem a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a ordem jurídica brasileira. Consequentemente, Sr. Presidente, somos pela aprovação do presente projeto de resolução.

Esse é o nosso parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Euclides Fernandes, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

No dia 7 de maio teremos Assembleia Itinerante na Cidade de Santo Antônio de Jesus. Os deputados que não estiverem presentes podem ter certeza que cortaremos o ponto.

No Plenário. Em votação o Projeto de Resolução nº 2.326/2015, de autoria da Mesa Diretora. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado. **(Publicado no DL em 29/04/2015)**

O próximo projeto é do deputado Aderbal Fulco Caldas.

Srs. Deputados, avisamos aqui que projeto de divisão territorial só colocaríamos para votar se fosse aprovado na comissão e tivesse as assinaturas dos Srs. Deputados. Este aqui tem a assinatura do prefeito de Euclides da Cunha, do prefeito de Cícero Dantas, do prefeito de Pombal e do prefeito de Quijingue. Portanto, há o acordo.

Faltam os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação.

Designo para relatar a matéria o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Sandro Régis:- Que projeto é esse, por favor?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É o de divisão territorial de Pombal, Cícero Dantas, Euclides da Cunha e Banzaê.

O Sr. Sandro Régis:- Esse não, Sr. Presidente. Esse o senhor disse que não há consenso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, deputado. Esse é o único que tem consenso. Esse é o que a comissão desmembrou, separou e tem a assinatura dos cinco prefeitos. Tem a aprovação da comissão e a assinatura dos cinco prefeitos.

Há alguém contra?

Deputado Sandro, acho que não há ninguém contra esse projeto.

O Sr. Sandro Régis:- O deputado Luciano tem dúvida.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Todos os cinco prefeitos assinaram esse projeto.

Só coloco em votação quando há acordo, tenham certeza. Aquele que envolve 30 municípios está muito polêmico e não dá para votar hoje. Só esse, porque para ele tem acordo.

O Sr. Sandro Régis:- O.K., Sr. Presidente.

O Sr. Zó:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zó...

Vejam bem, Srs. Deputados, estou colocando esse projeto para votar porque tem a assinatura de todos os prefeitos envolvidos. Consequentemente, é um acordo geral para esse projeto que veio da comissão.

Pois não, deputado Zó.

O Sr. Zó:- Sr. Presidente, ontem fizemos uma reunião extraordinária da comissão, e o que me preocupa é que no dia 30, se não tivermos determinado os limites territoriais, vários municípios terão problemas, inclusive de receita, que é o que mais aflige os municípios.

Temos 417 municípios na Bahia. No relatório que apresentamos aqui, com a assinatura de cinco deputados presentes, mas com a anuência de outros deputados que não estavam presentes, porque foi uma reunião extraordinária, à tarde, estão retirados todos os municípios que têm problemas. Então, no montante de 417 municípios, devemos ter uns 30 com problemas, mais o território da Região Metropolitana, que não está aqui e que tem problema geral. O que nos preocupa é isso. Porque temos feito um esforço grande na comissão, e sei que todo mundo aqui é muito atarefado, e as comissões, inclusive, têm problemas. Os deputados não podem acompanhar algumas comissões porque há sessões de outras no mesmo horário e damos preferência, como estou dando preferência, como presidente, à minha comissão. E estamos retirando, aqui, os municípios que têm problemas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, nessa relação, os prefeitos de Formosa do Rio Preto e Baianópolis não foram ouvidos. Não podemos aprovar aqui...

O Sr. Zó:- Então, retira...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Retirem Baianópolis e Formosa do Rio Preto.

O Sr. Zó:- Pronto. Vamos retirar a Região do Oeste.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem.

Deputado, primeiro vamos votar esse projeto, depois se discute o seu. Vou citar cada município. Se houver algum deputado contra, retiramos.

Deputado Aderbal Fulco Caldas...

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, posso dar uma sugestão a V.Ex^a?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, deixe esse projeto para ser discutido ao longo da sessão, para se esclarecer. Vamos dar seguimento às votações...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas não é isso que estou falando?

Mas esse aqui tem acordo, todos os prefeitos assinaram.

Não adianta subirmos pulando cinco degraus. Vamos votar esse projeto. Eu suspendo a sessão na hora desse projeto. É o seguinte, eu pego, por exemplo, Tabocas do Brejo Velho. Está envolvido? Está. Há algum deputado contra? Se houver, eu não boto. Foi um acordo geral aqui...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, só para facilitar, esse projeto do deputado Aderbal Caldas, com o qual não temos problemas, está inserido dentro do território. Se votarmos o território retirando o que tem problema, e nenhum desses tem problema, já estaria contemplado. Eu não tenho qualquer problema, mas pode aprovar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, na hora desse projeto eu vou suspender a sessão e vamos ver município por município. Foi feito aqui um acordo geral e não posso colocar um projeto de um município em que o deputado foi votado e ele não foi ouvido. Sei que terá problema posteriormente. Já tivemos aqui dois problemas. O do Oeste, que tivemos que revogar, e o caso de Wenceslau Guimarães.

O deputado Zó está fazendo um excelente trabalho. Aí, vou pegar o projeto, por exemplo, de Formosa do Rio Preto. O prefeito nem foi ouvido, então, não dá para votar aqui hoje, entendeu?

O Sr. Zó:- Sr. Presidente, só para concluir.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Zó:- Sr. Presidente, só para concluir.

Eu vou sentar e ver. Os territórios que não tiverem problema, votamos hoje. E amanhã teremos reunião da Comissão, às 10h30min, para discutir.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O prefeito de Sátiro Dias virá amanhã para a reunião, às 10 horas.

O Sr. Zó:- Votamos o que não tem problema hoje. O que tiver problema, tratamos amanhã na Comissão. Tentaremos dirimir as dúvidas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a está de parabéns. É assim.

Inclusive, votamos à noite. Vai haver quórum por acordo. Não tem problema. Eu não quero é que o deputado se sinta prejudicado. Eu não posso...

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu acho que a sugestão de V.Ex^a é boa. Votamos hoje o que não tem conflito, e amanhã, na comissão, resolve-se.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como esse projeto não tem conflito, e

está assinado pelos cinco prefeitos, vamos votá-lo. Aquele que não tiver conflito, votaremos hoje. O que tiver, deixaremos para amanhã.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

Antes, porém, gostaria de propor a prorrogação da sessão pelo tempo de 120 minutos. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, passo a relatar, agora, o projeto de lei nº 21.200/2015, de procedência do deputado Aderbal Fulco Caldas.

(Lê) “*PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça e Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação, ao Projeto de Lei nº 21.200/2015, de autoria do Deputado Aderbal Fulco Caldas, o qual “Atualiza, na forma da Lei nº 12.057/2011, os limites do município de Banzaê com os municípios de Euclides da Cunha, Cícero Dantas, Ribeira do Pombal e Quijingue.”

Cabe-me, por designação do Exmº Sr. Presidente da Sessão, relatar o Projeto de Lei nº 21.200/2015, de autoria do Deputado Aderbal Fulco Caldas, que atualiza os limites do município de Banzaê com os municípios de Euclides da Cunha, Cícero Dantas, Ribeira do Pombal e Quijingue.

A proposição vem atender uma premente necessidade desses municípios, e leva em conta que a atualização dos referidos limites obteve a concordância integral dos respectivos prefeitos com a proposta, conforme declarações dos mesmos anexadas pelo Autor à proposição, para que não parem dúvidas futuras. Conforme consta ainda da justificativa, o projeto “mantém a integridade territorial dos referidos municípios, tendo como parâmetro de delimitação o critério administrativo, conforme preconiza a Lei 12.057/2011, atendendo aos reclamos dos administradores municipais, no sentido de garantir a segurança jurídica da ação administrativa. Supera as incertezas das leis antigas, já que a nova descrição dos polígonos municipais utiliza coordenadas geográficas, obtidas por meio de equipamentos de precisão e atende às populações das áreas de conflito, que passam a ter uma definição oficial de territorialidade no sentido de exercerem a cidadania plena.”

Trata-se, enfim, de proposição destinada a tornar mais clara a definição dos limites dos municípios envolvidos, contando com a aquiescência dos respectivos gestores, e considerando que a mesma não recebeu emendas e se encontra em conformidade às disposições legais e constitucionais que regem a matéria, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.”

É esse o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do deputado Paulo Rangel. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto do deputado Aderbal Fulco Caldas, que leva o nº 21.200/2015, o qual “Atualiza, na forma da Lei nº 12.057/2011, os limites do Município de Banzaê com os municípios de Euclides da Cunha, Cicero Dantas, Ribeira do Pombal e Quijingue.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, o deputado Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras que honram as Galerias, gostaria de parabenizar o governador Rui Costa e, porque não dizer, também o prefeito da capital, ACM Neto, por terem tido uma postura moderna para a política, que é coisa séria.

O governador vem fazendo um movimento pacífico no governo baiano, abrindo portas para uma boa gestão, inclusive, na capital do nosso Estado.

Ainda ontem, a partir das 9 horas, ele estava nas áreas onde houve desmoronamento de terra. Todos já falaram sobre as chuvas que caíram na Região Metropolitana, Candeias, Santo Amaro e, principalmente, na região do Bom Juá, no Marotinho e na San Martín. Estive lá ontem, durante o dia e à noite. Saí hoje, às 16 horas, depois da retirada de quatro corpos que, lamentavelmente, foram soterrados.

O número de mortos chegou a 17 pessoas. A imprensa me perguntou quem eu achava que era culpado. Penso que em um momento de dor das pessoas e das famílias envolvidas não cabe politicagem. Não se brinca com coisa séria. Até porque não poderia culpar o prefeito ACM Neto por uma encosta que em 96 desabou. De lá para cá, houve outros prefeitos. Também não poderia culpar o governador Rui Costa, que acaba de assumir um governo de forma muito competente e com muito trabalho.

Ele andou pelas áreas afetadas, no meio do Corpo de Bombeiros. Aproveito para parabenizá-los e dizer a todos desta Casa que esses profissionais são dignos de moção de louvor, devido ao comportamento dos bravos policiais, soldados, cabos, sargentos, majores, coronel Marchesini e outros que lá estiveram.

Sr. Presidente, na hora em que vi o helicóptero do governador, fui informado que ele estava indo com o prefeito da capital para lá. Fiquei alegre e comecei a dizer: graças a Deus, nossos amigos estão chegando!

Mas o rapaz da imprensa não entendeu direito e disse que eu havia dito: desce amigo, desce amigo. Claro que eu queria que descesse, só que com o nosso governador e o prefeito da capital estavam, inclusive, acompanhados pelo ministro, sobrevoando a área. Fizeram isso insistentemente.

Faço questão de parabenizá-los e dizer para esta Casa que não podemos esquecer as vítimas de 96 e nem estas vítimas que hoje foram enterradas, e as que amanhã serão enterradas. Novas chuvas virão em nossa capital e espero que a união do governador com o prefeito e com o governo federal... Inclusive, está no *Diário Oficial* de hoje a nossa interferência, pedindo ao governo do Estado a aceleração dos recursos para essas áreas, uma vez que ainda há encostas com casas condenadas e, porque não dizer, se chover tragédias estão anunciadas.

Parabenizo também os moradores da área, que se tornaram bombeiros voluntários e ajudaram na escavação. Passamos o dia e a noite de ontem debaixo de

chuvas fortes, mas unidos com os profissionais do Corpo de Bombeiros, para tentar encontrar ainda com vida alguma pessoa soterrada. Lamentavelmente, isso não aconteceu.

Hoje, encontramos o corpo de um rapaz, que faria aniversário hoje, e o corpo da mãe dele, que faria aniversário amanhã. Foi triste também quando retiramos o corpo de uma menina de 14 anos.

Assim, profissionais do Corpo de Bombeiros e da comunidade que ali estiveram estão de parabéns.

Mas não podemos esquecer de fazer tudo o que for possível para socorrer as vítimas e as pessoas vizinhas que também moram nos morros. Que Deus nos abençoe e coloque suas mãos poderosas sobre Salvador, diminuindo o fluxo da chuva e, principalmente, abençoando o governador e o prefeito para darem obras estruturantes ao nosso município.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação em primeiro turno o projeto de lei nº 21.200/2015, do deputado Aderbal Fulco Caldas. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 21.200/2015

Atualiza, na forma da Lei nº 12.057/2011, os limites do município de Banzaê com os municípios de Euclides da Cunha, Cícero Dantas, Ribeira do Pombal e Quijingue.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º – Os limites do município de Banzaê com os municípios de Euclides da Cunha, Cícero Dantas, Ribeira do Pombal e Quijingue ficam atualizados, com base na Lei nº 12.057/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

I - Com o município de Euclides da Cunha - começa no ponto no divisor de águas da sub bacia do riacho Saco dos Bois e do riacho da baixa da Baixinha (coordenadas -10° 37' 31,64"; -38° 46' 28,65"), ao sul da Lagoa do Cru, segue pelo referido divisor, sentido nordeste, até a foz do riacho Várzea do Burro no rio Massacará ou Ribeira do Pombal (coordenadas -10° 36' 10,68"; -38° 44' 10,53"), segue pelo divisor de águas entre os rios Massacará e Algodões até o ponto no alto da serra dos Caburés (coordenadas -10° 33' 53,91"; -38° 42' 18,38"), daí em reta até o ponto de divisa entre as terras da Serra Vermelha e a das Baixas

(coordenadas -10° 32' 57,37"; -38° 42' 18,22"), daí em reta, sentido norte, até o ponto no extremo sul do divisor de águas entre os riachos da Boa Vista e do Boqueirão (coordenadas -10° 32' 49,44"; -38° 42' 17,48"), segue por este divisor até encontrar com o divisor de águas da baixa do Juá e do riacho da baixa do Tubarão (coordenadas -10° 29' 06,34"; -38° 39' 22,09").

II - Com o município de Cícero Dantas - começa no encontro dos divisor de água que separa a sub-bacia dos riachos Boa Vista e riacho Boqueirão com o divisor de águas dos riachos baixa do Juá e baixa do Tubarão (coordenadas -10° 29' 06,34"; -38° 39' 22,09"), segue pelo divisor de águas dos riachos Boqueirão, baixa do Juá e baixa do Retiro até o ponto de coordenadas -10° 32' 46,08"; -38° 36' 45,73", no cruzamento da reta que parte do ponto mais alto da serra das Proezas em direção à foz da Várzea do Burro no rio Massacará, daí em reta até o ponto mais alto da serra das Proezas, ao leste do distrito de São João da Fortaleza (coordenadas -10° 31' 56,11"; -38° 34' 57,09"), segue pelo referido divisor, direção sul/sudeste, até a nascente do riacho Campinas (coordenadas -10° 33' 48,63"; -38° 32' 44,76").

III - Com o município de Ribeira do Pombal - começa na nascente do riacho Campinas (coordenadas -10° 33' 48,63"; -38° 32' 44,76"), desce por este até sua foz no riacho do Bengo (coordenadas -10° 38' 21,06"; -38° 33' 44,07"), desce por este até o centro do açude Curral Falso (coordenadas -10° 41' 22,43"; -38° 34' 33,29"), segue por este, sentido noroeste, até o ponto no lugar Monte (coordenadas -10° 41' 18,59"; -38° 34' 43,98"), daí em reta até o ponto no lugar Casa Vermelha (coordenadas -10° 41' 58,78"; -38° 35' 22,20"), vértice da reserva Kiriri, daí em reta ao ponto no lugar Baixa da Catuaba (coordenadas -10° 43' 01,92"; -38° 37' 55,72"), vértice da reserva Kiriri, daí em reta ao ponto no lugar Camarão (coordenadas -10° 43' 06,23"; -38° 38' 36,13"), daí em reta em direção a nascente do rio Cararicé, até encontrar o divisor de águas da sub-bacia do riacho da Jitirana (coordenadas -10° 42' 27,14"; -38° 39' 57,79"), segue por este divisor e pelos divisores de água do Tabuleiro da Cova, do riacho do Veríssimo até encontrar com o divisor de águas do riacho do Umbuzeiro ou Bom Lugar (coordenadas -10° 43' 03,83"; -38° 43' 59,82").

IV - Com o município de Quijingue - começa no encontro do divisor de águas das sub-bacias dos riachos da Jitirana, do Veríssimo e do riacho do Umbuzeiro ou Bom Lugar (coordenadas -10° 43' 03,83"; -38° 43' 59,82"), segue por este divisor, sentido norte, até o alto da serra do Bom Lugar (coordenadas -10° 41' 38,33"; -38° 44' 25,14"), daí em reta até o vértice 16 da reserva Indígena Tuxá-Banzaê (coordenadas -10° 39' 10,48"; -38° 44' 25,88"), daí segue pelo divisor de águas das sub-bacias dos riachos Bonocrá ou Bom Lugar, da Clemência, e do riacho dabaixa da Baixinha até encontrar com o divisor de águas do riacho Saco dos Bois (coordenadas -10° 37' 31,64"; -38° 46' 28,65").

Art. 2º - Ficam aprovados os mapas anexos representativos dos municípios a

que se refere o art. 1º desta Lei, segundo o memorial descritivo constante do mesmo artigo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2015.

Deputado Aderbal Fulco Caldas

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Requerimento do deputado Zé Neto, que requer, nos termos do art. 174, inciso II do Regimento Interno desta Casa, urgência para tramitação do projeto de lei nº 21.202/2015, de autoria do Poder Executivo, que reajusta os vencimentos, subsídios, soldos, gratificação dos cargos efetivos, cargos em comissão, função gratificada, proventos e pensões da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica, e dá outras providências.

Em votação.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar.

O Sr. Sandro Régis:- Encaminhamento, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para encaminhar, o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, este é um momento importante para esta Casa, em que esta Casa irá se dividir em quem é a favor do servidor público estadual e quem é contra o servidor público estadual.

Escutei atentamente aqui o discurso do Líder do governo que fez um discurso bonito e fez o seu papel ao querer convencer que a possibilidade do governo era essa. Só que os números que o governo diz não são os números reais que condizem com o reajuste inflacionário do projeto.

O governo que manda um projeto com quatro meses de atraso para esta Casa, deputado Prisco, apresenta um projeto açodado, que diz que é consenso, mas o consenso é mentira. Não existe consenso dos servidores públicos estaduais para votar esse projeto. O governo quer passar o famoso rolo compressor. Reparem bem, Srs. Deputados, a partir de março 3,5% e só em novembro 2,8%. Isso significa o quê? Se você pegar esse período o aumento não chega a 4%, é abaixo do índice inflacionário de 2014.

Cadê o discurso do PT? Cadê o discurso do governador Rui Costa que priorizaria o servidor público estadual? Mais um estelionato político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, há poucos instantes, o Sindsaúde e o Sindimed nos procuraram e mostraram, deputado Adolfo Viana, pasmem, mais de 30% do servidor público

estadual ganhará menos de um salário no período de março a novembro.

Quero ver os deputados que gostam de se reunir com os sindicatos, que gostam de jogar para a galera como vão votar agora, porque essa votação tem que ser nominal. Os servidores públicos estaduais têm que saber quem votou a favor e quem votou contra; tem que ser passado a limpo. Não adianta fazer o discurso e chegar aqui e dar as costas ao povo. Nós vamos exigir uma votação nominal e aberta para o servidor público estadual saber quem foi que votou num reajuste menor que o índice da inflação. Isso fere o Estatuto do Servidor, porque a data-base do aumento do funcionalismo público estadual é em janeiro, e o Estado, deputado Pablo, manda a lei a partir de março.

Quero aqui, em nome da Oposição, fazer uma proposta aos deputados do governo: iremos apresentar uma emenda para que o aumento seja total a partir de janeiro. Se essa emenda for aprovada, a Oposição votará “sim”, Sr. Presidente. Mas, nesta pouca-vergonha, a Oposição e como seu Líder encaminho a minha Bancada a votar contra esse projeto de urgência que esmaga o servidor público estadual da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, para encaminhar o requerimento de pedido de urgência apresentado pelo Líder do governo, nesse projeto denominado erroneamente pelo governo do Estado de reajuste dos servidores públicos, não cabe aqui neste instante analisar o mérito do projeto, mas quero, sim, encaminhar a Bancada a qual sou Líder a votação que ora se apresenta, qual seja a do pedido de urgência. Fico a me perguntar por que urgente, se a data-base do servidor público é 1º de janeiro? É um governo de continuidade e usou esse argumento durante a campanha de que por ser um governo de continuidade tais fatos não ocorreriam. Fico a imaginar, então, por que do improviso e de pedir a urgência, por que não permitir que os deputados desta Casa, Oposição e Situação possam fazer uma análise melhor desse projeto para, então, com as suas consciências, votarem aquilo que é justo, aquilo que é possível e aquilo que é responsável.

Não quero aqui, repito, entrar no mérito do projeto. Mas não posso admitir que este Parlamento, de joelhos, entregue-se ao Executivo para votar da forma que quer, na hora que quer, quando quer e quanto quer o que aqui ele desejar. É preciso que as discussões aqui sejam de Parlamento. É preciso que nós, deputados, representantes do povo, possamos analisar e “veridicar” a afirmação dita aqui neste Pretório de que havia um consenso. Pesquisei e não vi no projeto nenhuma assinatura de nenhum sindicato. Fui chamado junto com o Líder da Oposição ali na antessala por representantes de sindicatos, dizendo que não concordam com o que aqui está posto. E não concordam por alguns fatores.

E não podemos concordar, meu caro Líder Pedro, primeiro: não podemos validar aquilo que fere a Constituição da República Federativa do Brasil. Não

podemos votar aqui, meu caro Euclides, um salário que a Constituição proíbe que é menos do que o salário mínimo. E a votar, como quer o governo, açodadamente como quer, da forma ligeira, aligeirada, de forma atropelante como ele quer nesta Casa, eles estarão, a maioria dos servidores públicos, recebendo aquilo que a Constituição Federal impede, proíbe, que é o trabalhador brasileiro receber menos que o mínimo legal, e isso está previsto aqui neste projeto de lei que precisamos analisar.

O argumento também de que a receita do Estado é menor do que a do Estado de São Paulo, do Estado do Paraná e sabe lá das contas, e que, por isso, não vai pagar os seus servidores é uma chantagem! Isso é uma tortura psicológica dizer aos servidores que não pagará os salários, porque os servidores precisam saber de que é obrigação do governante, sim, pagar os salários. Ele tira das outras estruturas, tira dos cargos comissionados, dos voos de helicóptero, da empresa de marketing que ele contratou na Governadoria. Mas paga, sim, os servidores. E essa luta é que iremos travar!

Por isso, recomendo e encaminho a minha Bancada que votemos contra essa Urgência pretendida para que possamos analisar, com cuidado e com respeito merecido aos servidores, esse projeto imoral e indecente que aqui se encontra.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vejam bem. O deputado Fabrício Falcão é presidente da comissão que está fazendo a triagem dos projetos dos deputados. Então, pedi a ele que desse uma satisfação. Ele vai fazer uma comunicação inadiável, porque não pode falar como Líder. Ele vai falar agora e depois o deputado Pedro Tavares. Ele, como presidente, quer dar uma satisfação e eu estou cobrando dele um pronunciamento sobre como está o encaminhamento desta comissão, que consiste em fazer uma triagem dos projetos oriundos dos parlamentares.

Com a palavra o deputado Fabrício Falcão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Nobres colegas deputados e deputadas, boa-noite. Pedi ao presidente Marcelo para falar, neste momento, aproveitando que a Casa está bastante cheia, porque hoje fizemos a primeira reunião dessa Comissão Especial de Aceleração dos Projetos dos Deputados. Eu e o deputado Zé Raimundo fazendo parte da comissão, como também os deputados Fábio Souto, Luciano Ribeiro e a deputada Fabíola Mansur. Nós nos reunimos hoje e tiramos como proposição que durante o mês de maio cada um dos colegas, dos 63 deputados, indique a essa comissão três projetos de lei prioritários de cada deputado. Ou seja, cada parlamentar vai indicar a essa comissão três projetos de lei para nós tentarmos dar agilidade para que sejam votados com a maior brevidade possível na Casa.

Os projetos serão recebidos pela comissão, poderão ser entregues no meu gabinete, na 3ª Secretaria, e estaremos nos reunindo todas as terças-feiras. A partir do recebimento deles, essa comissão se reunirá com a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa para que ela possa dar o parecer sobre a constitucionalidade e legalidade do projeto e para que, assim, possamos trazê-lo para a votação no

Plenário...

(Muitos deputados conversam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, silêncio por favor! Srs. Deputados, há um orador na tribuna!

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Então, nesse aspecto, foi realizada a nossa primeira reunião hoje para solicitar que cada colega, deputado ou deputada, possa nos trazer três projetos de prioridade. Então, durante esse mês de maio, receberemos e a comissão estará se reunindo, toda terça-feira, ao meio-dia e meia, para podermos garantir que os projetos dos colegas tenham um trâmite mais hábil, a fim de que, ao final deste ano, possamos votar até 189 projetos de autoria de todos os deputados desta Casa.

Então, era isso que queria falar.

Agradeço ao presidente Marcelo Nilo e também agradeço a atenção dos Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, antes de começar a discutir o projeto dos servidores públicos, queria prestar a minha solidariedade à família das vítimas dessa tragédia que ocorreu aqui em Salvador com as chuvas que castigaram a nossa cidade. Quero reafirmar a confiança no prefeito ACM Neto, que tem feito um grande trabalho, investiu mais de 200 milhões de reais em obras de manutenção e prevenção de chuvas. Essa é a hora da solidariedade e não da política. Assim, chamo todos, o governo federal, o governo estadual, enfim, a prefeitura, vamos trabalhar para amenizar essa terrível tragédia que acometeu o município de Salvador.

Falando do projeto de lei dos servidores públicos que chegou aqui, deputado Sandro Régis, na última sexta-feira, o governo do Estado, a Bancada do governo chegou mais uma vez, como é de praxe, querendo passar, deputado Adolfo Viana, o rolo compressor e votar esse projeto sem a devida discussão, votar sem discutir, mais uma vez, utilizando-se da força do governo, um projeto que chamam de aumento.

O deputado Zé Neto tentou aqui de todas as formas mostrar que o governo está fazendo um grande esforço para dar esse “aumento” ao servidor público. Deputado Zé Neto, se o governo não tem condições de dar um aumento justo ao servidor público é por culpa do governo de V.Ex^a. Estiveram 8 anos no poder e, se hoje não podem dar o aumento, é porque realmente não tiveram condições, não tiveram uma gestão adequada para que hoje possam contemplar o servidor com um aumento justo e merecido.

Vi o deputado Zé Neto falar várias coisas de outros Estados, de várias questões. A minha preocupação é com o Estado da Bahia, com o servidor público daqui. Um servidor, deputado Sandro Régis, que vem sofrendo um estelionato eleitoral do PT, que vem sofrendo com o aumento da gasolina, que vem sofrendo com

o aumento da energia elétrica. Cada servidor hoje, deputado Fábio Souto – que aborda bem essa questão no parlamento –, se vai ao supermercado já encontra aumento de preço. Então, esse governo não dá o aumento real, esse governo não consegue repor nem a inflação do período, que chega a pouco mais de 7%. Enquanto o projeto do governo divide em dois: o primeiro, em 1º de março, de 3,5% e o segundo de pouco mais de 2,8%, em 1º de novembro. Um aumento que realmente não é, deputado Luciano Ribeiro, um aumento, não é nem a reposição da inflação, porque, como disse o deputado Sandro Régis, não consegue chegar nem aos 6% de reposição de inflação.

Então, chegou a hora de os deputados desta Casa mostrarem a cara, mostrarem realmente quem está a favor do servidor público, quem luta pelo servidor público, porque chega dessa história de que não dá para dar aumento por causa disso ou daquilo, chega de desculpa. O que o servidor público quer é um aumento justo, é isso, deputado Luciano Ribeiro.

E venho também orientar a nossa Bancada, a Bancada do PMDB para que vote a favor do servidor público e não a favor desse que não é aumento, e sim uma mera reposição da inflação.

Fica aqui mais uma vez o alerta aos deputados do governo, o meu pedido. Vamos ver agora, deputado Sandro Régis, quem realmente vota com o servidor público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Soldado Prisco pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, boa-tarde, que a graça e a glória de Deus estejam com todos nós.

Fico aqui a me perguntar que governo é esse que, na campanha eleitoral, vendeu flores a todos os servidores e ao povo da Bahia? Que governo é esse que disse que a Bahia vivia num mar de rosas, que as contas do Estado estavam todas estabilizadas? Em vez de o Líder do governo vir aqui falar de outro governo, por que no programa eleitoral não falou do governo da Bahia? Não estamos nos 100 dias de governo, estamos com 8 anos e 100 dias do mesmo governo. Ele envia um projeto desse, vergonhoso, para esta Casa querendo ludibriar e enganar todos os servidores públicos, pega alguns sindicatos comprados e fala que houve acordo. Toda a categoria da Polícia Militar está descontente, do soldado ao coronel. Todos os praças estão descontentes com esse reajuste. Um reajuste que sequer repõe a inflação. Concorde com o nobre Líder Sandro Régis, a Oposição vai apresentar uma proposta para que se aplique esse valor de uma vez só. E eu quero ver essa bancada, dita de governo, como falou a nobre chefe de gabinete da nossa deputada e amiga Fabíola Mansur, lá em Vitória da Conquista, o Emanuel, sabiamente, que o Poder Legislativo tem que se impor, que o Poder Legislativo tem que ter autonomia para não votar cegamente o que o governo manda para esta Casa. E foi aplaudido de pé ali!

E eu quero ver esta Casa votar com o servidor público, a favor do povo baiano, e não votar cegamente em uma proposta absurda e vergonhosa como essa. Criaram uma cultura de parcelar o reajuste imaginando que fosse algo estrondoso, mas nem sequer ganho real tem, é uma reposição inflacionária. Nada mais do que isso. Isso é uma vergonha.

O que se vendeu no programa eleitoral, se já não bastasse o governo federal, vem o governo estadual com a mesma coisa, e vem com essa desculpa, governo a, governo b... Nós vivemos na Bahia! Na Bahia, se dizia no programa eleitoral, estava tudo às mil maravilhas. Um governo que pregava que as contas estavam livres para tudo.

Temos o policial nas ruas hoje sofrendo num combate ao crime de forma desigual. Tivemos oito policiais militares assassinados este ano, em combate, defendendo a sociedade, perderam suas vidas. Será que essa família desse policial que morreu merece esse reajuste|?

Vou olhar para vocês, parlamentares da base do governo, que foram sindicalistas em sua maioria, esse policial que serve a você, que serve á sua família, que arrisca a vida saindo todos os dias, merece esse reajuste?! Esse policial merece respeito, essa policial merece respeito!

Fizemos agora o micareta de Feira de Santana com as condições mínimas que o Estado deu, com chuva e sol o policial estava nas ruas. E vem o governo e aplica um reajuste desse! Esse policial não merece ser tratado dessa forma! Os servidores em geral não merecem. A nossa categoria tem de ser respeitada por esse governo.

E ainda vejo alguns membros do governo arrogarem e o próprio governador dizer que a GAP-5 foi um ganho real da categoria. Desde quando o governador nos deu a GAP-5? Foram duas greves feitas nesta Casa, aqui fui perseguido e preso por causa dessa GAP-5 que a gente lutava. Foi por força e garra dos policiais, não dada pelo governo. Se ele está dizendo que dá para a gente, ele tem que pegar todos os processos administrativos que estão perseguindo policiais e arquivar. E ter vergonha na cara e mandar arquivar todos os processos! Não fazer o que está fazendo.

Não foi dada pelo governo, não, foi conquistada com força e com luta nesta Casa pelos policiais militares. Esta Casa foi cercada e cerceados os seus direitos. Vivemos uma época como na ditadura em pleno estado democrático de direito. Que governo é esse?! Que falsa democracia é essa?! Eu quero ver esses parlamentares terem a vergonha ou a coragem de votar contra o servidor e contra o policial militar que está nas ruas todos os dias defendendo as suas vidas e de toda a sociedade.

É isso que quero ver! E oriento a toda a minha Bancada a votar contra a urgência desse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rogério Andrade, último orador inscrito.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}

Deputadas, Senhoras e Senhores das Galerias, eu ouvi o nobre Líder da Oposição, meu amigo Sandro Régis, com atenção, os discursos de V. Ex^{as}, sobretudo dos deputados que compõem a Bancada da Oposição.

Confesso que não entendo o porquê dessa indignação. Olho para as Galerias e não vejo nenhum sindicato aqui representando o servidor público nesta tarde. Creio, deputado Adolfo, que o que V. Ex^{as} não estão entendendo é que o diálogo estabelecido entre o governo do Estado e as entidades representativas todas, o diálogo que se arrastou por alguns meses justifica a ausência das lideranças sindicais aqui hoje à tarde, neste Parlamento.

Foram 13 sindicatos que concordaram com a proposta encaminhada pelo governador Rui Costa. E aí eu pergunto, Sr. Presidente: como é que 13 sindicatos concordam com a proposta oferecida pelo governador Rui Costa e os deputados da Oposição se indignam, não concordam com esse reajuste?

Quero, portanto, desta tribuna, parabenizar o governador Rui Costa pelo compromisso com o reajuste linear, o compromisso e o respeito ao piso nacional do magistério, o compromisso da reposição inflacionária, o compromisso pelos acordos setoriais e, sobretudo, o compromisso com o ganho real que haverá em novembro do corrente ano.

Acho que toda a classe política sabe o que tem acontecido no Brasil, as dificuldades que os estados da Federação vêm passando. Por exemplo, no Paraná, que tem um governador decente, um governador sério, um governador comprometido do PSDB, nobre deputado Pablo, os professores entraram em greve ontem pela segunda vez este ano, porque o governador, deputado Adolfo, do seu partido, o PSDB, não viu um outro caminho a não ser mexer na previdência dos funcionários daquele estado para tentar equilibrar as finanças.

Vejam que o governador Alckmin, governador por várias vezes em São Paulo, bem avaliado, que, tenho certeza, quer o melhor para o funcionalismo público de São Paulo, também enfrenta uma greve do funcionalismo, que reivindica um reajuste de 75%, e o governo diz lá em São Paulo: reajuste zero.

Eu tenho certeza de que não era essa a vontade do governador Geraldo Alckmin. Como não é aqui a vontade do governador Rui Costa, que gostaria de dar um reajuste ainda mais significativo. Não tenho dúvidas de que essa era a vontade do governador, mas alguns deputados da Oposição não entendem que o reajuste, deputado Rosemberg, não será apenas de 3,5% retroativo a 1º de março. Não será apenas de 9,1% em novembro...

O Sr. Sandro Régis:- Dois vírgula oito por cento, deputado!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, vamos ouvir o nobre deputado Rogério Andrade.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- (...) dois vírgula noventa e um por cento em novembro. Também no mês de novembro, já estão previstos 2,43%, o que representará, além da reposição salarial, ganho real para os servidores públicos do Estado.

Mas não fica só aí. Somando-se a esse reajuste, temos de levar em

consideração os ganhos específicos de cada carreira, a exemplo da Polícia Civil e da Polícia Militar, com a implantação da GAP V. Com a GAP V...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- (...) haverá um ganho nominal de 8,3% a 11,74% para a Polícia Militar. Haverá um ganho nominal de 9,95% a 16,28%...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- (...) Para concluir, presidente. De maneira, Sr^{as} e Srs. Deputados, que está explicada a ausência dos funcionários públicos, hoje, nessas Galerias.

Encaminho a minha Bancada, a Bancada do PSD, no sentido de votar favoravelmente ao requerimento de urgência.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o requerimento do deputado Zé Neto, de nº 8.382/2015, para urgência na tramitação do projeto de lei nº 21.202/2015...

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do Líder da Oposição, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, diante do discurso do nobre deputado Rogério Andrade, que me deixou feliz por ver sua eloquência, sua capacidade de justificar o injustificável... Eu acho que ele não ouviu o depoimento do deputado Alan Sanches, do seu partido, porque ele foi, em todas as redes, à mídia dizer que o governo não tinha discutido um pouco este projeto e que os servidores públicos da área de saúde estavam contra. Mas, deputado Rogério, como Líder do seu partido, eu lhe parablenizo por tentar justificar o injustificável.

No entanto, gostaria, Sr. Presidente, de que V.Ex^a procedesse a uma verificação quórum de votação para que este requerimento, que V.Ex^a apresenta, possa ser votado.

Oriento à minha Bancada a não dar presença até vermos se já há quórum através do painel.

O Sr. Rosemberg Pinto. Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, deputado Sandro Régis, Líder da Oposição.

Solicito zerar o painel e marcar os 25 minutos.

Srs. Deputados, por favor, marquem as presenças. Srs. Deputados, quem quiser votar marquem as suas presenças.

Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, neste pouco período aqui, queria orientar a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores e, ao mesmo tempo, gostaria de pedir, também, aos diversos deputados da bancada que compõem o governo no sentido de reforçar a brilhante intervenção do deputado Rogério Andrade, pois ele colocou, claramente, a proposta importante que demonstra ganhos reais para os

servidores.

Isso é verdade. Por isso, os servidores pactuaram com o governador através de suas entidades.

Além do mais, gostaria de dizer que, junto a isso, está a análise também do índice prudencial que, com esses reajustes, aproxima-se bastante à Lei de Responsabilidade Fiscal, pois o governo, melhor, todos os governos têm de estar com este olhar.

Nesse sentido, oriento à nossa bancada, dentro da linha defendida pelo deputado Rogério Andrade, a votar a favor do requerimento para que possamos, rapidamente, fazer aquilo que querem os servidores do Estado da Bahia, que é ter um reajuste. Certamente, não deve ser o reajuste da vontade...

(Há barulho e ruído em Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, peço, por favor, silêncio, pois o deputado Rosemberg está com a palavra.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Então, este índice de reajuste não é, certamente, o da vontade e do ideário de todos os servidores, mas é o da realidade. Por isso, os servidores estão satisfeitos com este governo. Os servidores têm, inclusive, demonstrado isso atendendo ao encaminhamento de suas entidades corporativas, dos diversos sindicatos.

Apenas, dois sindicatos se posicionaram contrários a esses índices, mas foram vencidos pela maioria dos outros sindicatos.

E a democracia demonstra o respeito da minoria à maioria.

Por isso, quero, aqui, mais uma vez, reforçar e chamar todos os deputados para dar as suas presenças para que possamos, imediatamente, ir para a votação deste requerimento.

Chamo todos os deputados, que estão no cafezinho ou em seus gabinetes, para que se façam presentes em Plenário para que, neste prazo de 22 minutos, possamos dar o quórum de 32 deputados para votarmos este requerimento de tamanha importância para os servidores do Estado da Bahia.

Quero pedir ao deputado Sandro Régis que entenda uma coisa: nós não estamos votando o projeto; estamos votando a urgência a fim de que possamos, juntos, fazer o bem para os servidores da Bahia.

Vejam, digo isso porque, em alguns estados, sequer está-se discutindo, na Assembleia Legislativa, qualquer índice de reajuste. Enquanto na Bahia, V.Ex^{as}. não de convir que nós vamos chegar a novembro com um aumento real de mais de 2,5% para os servidores, dentro da linha iniciada pelo ex-governador Jaques Wagner de todo ano ter aumento real para os diversos servidores.

Por isso, presidente, quero pedir a V.Ex^a soar as campainhas e que convoque os deputados para que se façam presentes, para que possamos dar continuidade a esta sessão.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tem 31 deputados, mas com o deputado Sandro Régis, que pediu uma questão de ordem e é obrigado a marcar

presença, já tem *quorum*.

Vou restabelecer o *quorum*.

Em votação. O deputado Sandro Régis recomenda NÃO. O deputado Rosemberg, pela liderança do Governo, recomenda SIM.

(Pausa.)

(O Sr. Presidente chama os Srs. Deputados para votar.)

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o projeto sobre a questão da divisão territorial, os membros da comissão não chegaram a um acordo. E como terá amanhã reunião da comissão às 10h30min eu sugiro a V.Ex^a que seja prudente, que V.Ex^a retire esse projeto de votação para que seja mais debatido nas comissões, e chegando em acordo que nós possamos votá-lo amanhã à tarde, excepcionalmente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado, fica o registro de V.Ex^a.

Vou encerrar a votação.

Resultado: Aprovado SIM 36; NÃO 18.

Portanto, foi aprovado o requerimento de urgência.

O próximo é o requerimento de urgência para a tramitação do projeto de lei nº 21.203/2015, de autoria do Poder Executivo, que altera a estrutura remuneratória dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras providências.

Em votação...

O Sr. Augusto Castro:- Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, o deputado Augusto Castro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar o deputado Augusto Castro, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Líder do Governo, Líder da Oposição, venho à tribuna, na tarde dessa terça-feira, para protestar com relação a esse projeto do Executivo que foi encaminhado para esta Casa.

O aumento de 3,5% que o Sr. governador encaminhou a esta Casa para servidor público e mais 2.9. A bancada de Oposição defende retroativo a janeiro de 2015 para todo funcionalismo público do Estado da Bahia. Segundo ponto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Sandro Régis, Líder, o Secretário da Fazenda, Manoel Vitório, esteve nesta Casa, na Comissão de Finanças e Orçamento, para discutir e detalhar a arrecadação da Receita e Despesa dos primeiros três meses deste ano. Ele disse que, no Estado da Bahia, existe um equilíbrio fiscal muito grande e que o comprometimento do Estado com o Tesouro Nacional está sob controle. Vem o Secretário da Fazenda, Manoel Vitório, a esta Casa, colocar que a Bahia, hoje, está

numa situação confortável com relação às suas receitas. E o limite prudencial que compromete, hoje, o Estado da Bahia com o funcionalismo público, não chega ao limite prudencial de 46, quase 47%.

Sendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal, deputado Sandro Régis, limita a 54% com os encargos. É uma falta de vergonha o servidor público receber um aumento como esse. A inflação do ano passado chegou próximo de 7%. Eu acho que a bancada de Oposição, deputada Fabíola, está vigilante em defesa do funcionalismo público da Bahia.

A Bahia precisa, sim, melhorar a arrecadação. Claro que precisa. Mas é preciso também valorizar os profissionais de várias áreas, como a área da segurança pública, a qual o deputado Soldado Prisco colocou aqui agora. É preciso melhorar também a área de educação, pela quantidade de servidores que tem; a área da saúde e outras áreas.

Assim, torna-se difícil esta Casa discutir um assunto com tamanha urgência. A bancada de Oposição, deputado Adolfo Viana, tem que estar vigilante, tem que sentar com o Sindicato, sentar com a categoria para cobrar do governo. O governo diz que a situação fiscal do Estado está sob controle.

A arrecadação da Bahia tem condição de pagar um aumento melhor para o servidor, deputada Fabíola.

Eu acho que os deputados de Oposição e os deputados de Governo aqui têm que olhar para o debate de forma mais ampla, porque o funcionalismo ganha muito mal. As perdas da inflação se acumulam a cada dia. A gente sabe que o Estado tem meio de arrecadar. Agora, o funcionalismo não pode perder essa condição de ter o aumento dentro da realidade da economia. A gente sabe das dificuldades e da crise econômica que o país está atravessando.

Mas o Secretário da Fazenda vem a esta Casa colocar sobre a facilidade que o Estado tem para honrar com o funcionalismo. Mas não compromete, deputado Marcell Moraes, 46% da receita bruta do Estado da Bahia. Por isso o Líder do Governo, deputado Zé Neto, tenho certeza que vai ter visibilidade, até porque tem o município como Feira de Santana que tem uma quantidade de funcionários do Estado que dependem desse contracheque.

A bancada de Oposição vai discutir. Foram votados aqui vários e vários projetos. Mas esse, Sr. Presidente, é um projeto que merece uma discussão muito mais ampla.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Galerias, Imprensa aqui presente, eu observei com muita atenção o discurso do deputado Zé Neto e também com muita atenção o discurso do deputado Rogério Andrade. Os deputados Rogério Andrade e Zé Neto querem defender o indefensável. Não entendo

como esse governo que está aí há oito anos não pode dar um aumento justo ao servidor público. É um governo que está aí há oito anos e 100 dias, a gestão é de continuidade. Então se não pode dar esse aumento é culpa, sim, do governo do PT. E não me venha com a desculpa de que outros estados não podem dar os aumentos. Eu moro na Bahia. Quero defender os interesses do meu Estado, que haja as condições de dar o aumento justo ao servidor público. O que está aí não é aumento, é uma reposição da inflação que não consegue repor nem a inflação.

Como disseram os deputados Sandro Régis e Luciano Ribeiro, quando você vai fazer a conta real, o ganho não dá nem 4%. O que não dá para repor nem a inflação do período. Como eu disse, o servidor público que já sofre com o aumento da gasolina, dos gêneros alimentícios, mais uma vez vai sofrer com o projeto de lei do governo do Estado que não dá um reajuste digno a esses servidores públicos.

E não entendo esse governo, não pode dar um aumento justo aos servidores, tem em seu território um cemitério de obras paradas. Quem anda pela Bahia, deputado Augusto Castro, que conhece bem a realidade, vê que o governo está totalmente paralisado. Está aqui o nobre deputado Eduardo Salles que defende tanto a questão da ponte Ilhéus-Pontal, pergunto: cadê a ponte Ilhéus-Pontal, deputado Eduardo Salles? Estive lá, na última quinta-feira, e as máquinas já foram embora, não tem nada. Não tem ponte e aquilo virou um verdadeiro cemitério de obras paradas.

Esse não é o governo que sonhei, não é o governo que desejo. Desejo um governo que possa, sim, dar um aumento justo ao servidor...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faço um apelo aos Srs. Deputados, há um orador na tribuna.

O Sr. PEDRO TAVARES:- (...) Eu sou a favor da ponte, sou a favor do desenvolvimento. Quem parece que não é a favor é o governo do Estado que não consegue destravar essa obra.

Fica, aqui, o meu apelo aos Srs. Deputados aqui presentes. Vamos ver agora quem está a favor do servidor público, quem está a favor de dar um aumento justo ao servidor. Aumento, não, deputado Herzem Gusmão, uma pequena reposição da inflação que não contempla de forma justa o que merece os servidores públicos.

Fica aqui, mais uma vez, o meu apelo aos deputados aqui presentes para não votarem a favor desse projeto. Vamos votar a favor do servidor público, vamos discutir para tentarmos chegar num consenso de um aumento maior para o servidor público do nosso Estado. Fica aqui a cobrança para que o governo do Estado veja com carinho os servidores e a Bahia. É um governo que não consegue dar um reajuste digno e não consegue destravar as obras. Vive da propaganda das obras que não saem do papel. Amanha inclusive discutiremos essa questão. As obras não saem do papel, como o Aeroporto Internacional de Ilhéus.

Não é esse o governo que desejo, não é esse o governo que sonho para a Bahia. Sonho com um governo que possa, sim ter capacidade de gestão e dê aumento digno ao servidor público do nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, vejamos bem, estamos aqui a discutir o reajuste, a reposição da inflação do ano de 2014, que deveria começar a ser discutida logo no início desta legislatura, mas, infelizmente, o governador não quis assim. Digo governador porque me parece que o que ele quer esta Casa obedece sem discutir os pontos principais.

Qualquer servidor público que no ano passado ganhava mil reais, este ano, deputado Augusto Castro, está ganhando 930 porque não acompanhou o reajuste, a reposição da inflação. O servidor que ganhava mil, ganha hoje 930 e passará a ganhar 970. Então o servidor que achava que ganhava pouco, vai passar a ganhar menos ainda este ano. A cada 7 reais que deveria fazer de reposição, o governo está propondo fazer 4 e isso vai sobrar no bolso do povo.

O deputado Rogério Andrade que me antecedeu nesta tribuna disse que os sindicatos não estavam aqui, os sindicatos já foram representados e já foram acordados. Infelizmente, sabemos da realidade dos sindicatos. Prisco já esteve aqui falando sobre os policiais.

Eu tenho predileção pessoal pelos professores. A classe dos professores para mim é mais do que especial. Foram os professores que me ensinaram tudo de bom que aprendi. Foram os professores de história que me afastaram, deputada Fabíola Mansur, do radicalismo, aqueles professores de história chiitas, petistas, que para eles só havia uma verdade, a verdade deles era única, não havia discussão. Esses professores de história, graças a Deus, para o meu alívio, hoje viram as costas para o PT porque veem que a história é injusta com eles, pessoas que defenderam causas, ideias, pessoas que defenderam a importância do servidor público. Esses professores, hoje, estão representados, digo, não representados – e aqui eu falo em nome os professores de bem, dos professores que não se vendem –, estão representados hoje por um sindicato que eu não reconheço. A APLB, hoje, não passa de um braço pelego do PT, não tem representatividade nenhuma dentro da classe dos professores. Ela, infelizmente, está a serviço do governo do Estado aceitando um reajuste, não é nem um reajuste, usamos aqui a palavra correta, pegar pela metade a inflação do ano passado e passar a dar pela metade esse ano para o servidor e, no final do ano, quando deveria começar a discutir a inflação de 2015, dar a inflação de 2014.

Infelizmente, deputado Eduardo Sales, V.Ex^a que é um deputado combativo e que, com certeza, é a favor do servidor público e da minoria que não é privilegiada, terá o prazer de votar conosco a favor do não. Todos os deputados aqui terão a satisfação de votar a favor do funcionalismo público. E a favor do funcionalismo público é pegar a classe que, realmente, pode mudar o Estado, pode fazer com que essa máquina que, infelizmente, estava aí corrompida, cheia de companheiros que ocupam a presidência e os cargos de direção da APLB desvirtuada. Faço um apelo para que os deputados votem com a consciência e votar com a consciência, hoje, é votar não a favor desse reajuste, dessa reposição pífia que o governo do Estado oferece num regime de urgência acelerado, aligeirado, que não leva benefício

nenhum para o servidor, pelo contrário. Infelizmente, temos essa realidade.

E temos a possibilidade amanhã e durante este ano, deputada Luiza Maia, deputada querida, petista histórica que está aí envergonhada com a posição do seu governo... Felizmente, temos hoje a possibilidade de votar não, votar contra esse reajuste pífio, votar a favor dos servidores públicos.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o último orador inscrito, deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, retorno a esta tribuna com o sentimento de dever cumprido, a consciência limpa e a certeza de que cumpri o meu papel. O povo que me elegeu, que me trouxe do sertão da Bahia para Salvador, para a capital do Estado, para representá-lo, certamente está orgulhoso do seu deputado. Digo isso porque, no encaminhamento anterior, não entrei no mérito, porque não era o momento oportuno de apreciar o que se pretende com esse projeto.

Aqui se quer... Aqui contestei, e volto com o mesmo argumento para pedir a esta Casa que façamos aquilo que é próprio do Parlamento: que não fiquemos de joelhos, que nos permitamos poder discutir as questões que são caras à Bahia, que nos possamos permitir ler, analisar, verificar, por exemplo, se o secretário da Fazenda, que aqui esteve, ao apresentar um superavit de R4 bilhões e 600 milhões, foi verdadeiro; poder analisar se a arrecadação do governo neste ano, de janeiro a fevereiro, que ficou parelha com a arrecadação de janeiro a fevereiro de 2014, é verdadeira no que está aqui ou se é tudo falso.

Quero apenas, Sr. Presidente Marcelo Nilo, reviver aquilo pelo que lutamos quando elegemos essa Mesa: fazer com que esta Casa tenha protagonismo na construção das políticas públicas. Quando votamos para reconduzir à Presidência desta Casa o atual presidente, que aqui nos honra, tínhamos como bandeira de luta, como bandeira para esta Casa, mudar aquilo que o Parlamento vinha sendo, de joelhos ao Executivo, e transformar o Parlamento num Poder mais independente, porque assim está constituído.

Foi isso que sonhei quando aqui cheguei. E é isso que sonho quando aqui estou. É isso que anseio: poder discutir, poder pegar os projetos e debater com todos. Não posso aqui ouvir e ficar calado e ver aprovado tudo do governo sem sequer encaminhar a votação. Por que o pedido de urgência? Isso me intriga. Se a data-base é em janeiro, se o governo é de continuidade, se o salário mínimo é constitucionalmente garantido, se o governo diz que deixou R\$ 4,6 bilhões na conta do Estado, por que essa urgência? Por que tirar dos deputados a oportunidade de análise fria, técnica, detalhada? Por que fazer com que as comissões, Sr. Presidente, que se encontram funcionando tão bem e devem ser parabenizadas por esta Casa, sejam tolhidas de poder analisar com mais critério?

O Líder do governo disse aqui, no início, que houve um consenso de todos os

sindicatos. Bastou o nosso encaminhamento contrário à urgência ora pretendida para aqui já se reconhecer que o Sindimed e a APLB, dois sindicatos, não concordam com essa proposta que aqui está.

Por isso que a discussão é salutar, é por isso que ela se faz necessária. Para que até nós, Herzem, que somos da Oposição, se convencidos formos, ao final do processo de discussão, de que o governo não pode dar o reajuste da inflação além do que aí está tenhamos a coragem de acompanhá-lo. Mas queremos o mínimo, deputado Rosemberg, poder analisar, poder discutir, poder debater, poder confrontar as ideias e os dados e votar de acordo com aquilo que é a realidade do Estado, das finanças e dos servidores públicos.

Por isso recomendo o voto Não à nossa Bancada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Requerimento nº 8.383/2015.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do Líder da Oposição, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Recomendo à nossa Bancada a votar Não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O deputado Sandro Régis recomenda o Não. O deputado Zé Neto recomenda o Sim.

Em votação. A votação é aberta. Srs. Deputados, vamos votar pois ainda há um Requerimento e dois projetos para serem votados em segundo turno.

Estão faltando votar os deputados Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, deputado mais assíduo desta Casa, Augusto Castro, Euclides Fernandes, Fátima Nunes...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, na ânsia de defender os servidores, acabei votando Sim. Mas o meu voto é Não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou registrar o voto de V.Ex^a como Não. Dá para consertar ainda, deputado. Antes de anunciar o resultado, pode consertar. É praxe aqui. Votação secreta é que não pode consertar.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, agradeço a V.Ex^a. Porque não vou ajudar a cometer esse crime contra os servidores públicos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, gostaria de aproveitar esse momento aqui, enquanto votamos, para dizer da minha satisfação pessoal em ver a decisão do Supremo Tribunal Federal, que liberou – não quero entrar no mérito – várias pessoas que, em minha opinião, estavam presas devido a um excesso daquele juiz do Paraná. E o STF toma uma decisão que vai para o trâmite jurídico da legalidade constitucional.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação.

Resultado: Sim, 35; Não, 18. Aprovado.

Requerimento de Urgência, do deputado Zé Neto, que requer urgência para a tramitação do projeto de lei nº 21.151/2015, de autoria do Poder Executivo, “que altera as Leis nºs 4.826, de 27 de janeiro de 1989, e 10.955, de 21 de dezembro de 2007, e dá outras providências.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, o nobre Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da Galeria Paulo Jackson, no primeiro momento em que li esse projeto, de nº 21.151/2015, que trata, no início, das tramitações por doações de propriedades e bens de imóveis, nesse primeiro momento, não havíamos encontrado dificuldade alguma para colocar ao projeto. Mas ao fim dele, eis a grande questão, o governador Rui Costa quer, mais uma vez, trazer a esta Casa a prática desenvolvida pelo ex-governador Jaques Wagner em relação ao dinheiro do servidor público, o Funprev.

E agora, muito pior. No passado, a Oposição votou contra, porque entendemos que é muito risco esta Casa dar um cheque em branco ao governador do Estado para manusear um patrimônio do servidor público estadual, que é o Funprev. Agora, além de querer manusear, o governador Rui Costa quer mexer no dinheiro do Funprev independentemente da autorização do Conprev, que é o conselho que autoriza e fiscaliza o Funprev. Ele quer um cheque em branco, sem poder ser auditado, nem sofrer algum tipo de sanção, para manusear o Funprev, que é patrimônio do servidor público estadual.

Quero que esta Casa fique atenta porque é muito perigoso. Há um velho ditado, deputado Sidelvan, que diz: além da queda, o coice. Além do governo querer aprovar um projeto de reajuste inflacionário abaixo dos índices da inflação de 2014, apresenta, deputado Pedro Tavares, mais uma vez, a questão do Funprev que foi criada pelo ex-governador Jaques Wagner. Mas, se não me engano, o ex-governador ainda se submeteu ao Conprev. E o governador Rui Costa não quer se submeter ao conselho que gere e fiscaliza o dinheiro. Ele quer usar o dinheiro do Funprev, que é um patrimônio do servidor público, como se fosse um recurso do próprio Estado.

É por isso que chamo a atenção dos meus nobres colegas da Oposição que não é saudável, não é correto esta Casa dar esse cheque em branco ao governador Rui Costa para que possa manusear como queira esse patrimônio. Resumindo, nobres colegas, é como se nós deputados, déssemos uma autorização a um parlamentar desta Casa para mexer no dinheiro da Albaprev: tirar, colocar, aplicar, gastar e depois devolver como quisesse. Acho que isso não é uma atitude prudente para com o servidor público do Estado da Bahia.

É por isso que encaminho que a nossa Bancada vote o Não a esse projeto, que não condiz com o cuidado excessivo com o patrimônio dos nossos funcionários do Estado, que é o Funprev.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Neto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, eu não iria nem falar. Talvez não utilize nem os 5 minutos. Mas é preciso esclarecer que este projeto visa cuidar de um patrimônio dos trabalhadores que talvez seja um dos mais sagrados.

V.Ex^a talvez não tenha lido adequadamente o que prevê o projeto, e peço a V.Ex^a apenas mais atenção a essa importante matéria que está a ser votada hoje. E essa matéria, quero dizer a V.Ex^a, está sendo votada com extrema necessidade de fazer com que a nossa previdência não tenha maiores dificuldades.

Quero lembrar a V.Ex^a que quando chegamos ao governo o Funprev não tinha fundo algum. Zero. Essa era a realidade do Funprev, e não tínhamos outro caminho. Não tínhamos o Baprev.

V.Ex^a, talvez não tenha essa informação. O aporte era de R\$ 383 milhões no ano de 2006. Hoje, estamos aportando cerca de R\$ 2 bilhões, chegando aí à casa dos R\$ 2,1 bilhões, R\$ 2,2 bilhões. Vamos chegar a aproximadamente de R\$ 2,4 bilhões em 2015.

Quero apenas chamar a atenção de V.Ex^a: essa questão relacionada ao déficit da previdência é o enfrentamento que deve ser feito por todos os brasileiros, por todos os estados e por todos os municípios. Não será diferente no município de Salvador. Não será diferente no município de Feira de Santana. Não será diferente em nenhum município de nenhum estado pelo País. Aliás, mais uma vez, recorrendo ao acontecimento internacional, pelo qual agora há pouco fui criticado, como se o Brasil fosse uma ilha, como se a Bahia fosse uma ilha, foi essa crise previdenciária que fez com que boa parte dos países europeus estivessem hoje, como estão, em profunda crise financeira e crise de estado.

Hoje, já temos na Bahia um caminho. Conseguimos montar o Baprev, que é considerado, diga-se de passagem, um dos mais bem geridos fundos do País, sendo premiado e sendo modelo para diversos estados brasileiros em razão da sua eficiência e do seu aporte. Temos mais de R\$ 1,2 bilhão nesse fundo. É um fundo que, com certeza, dará mais tranquilidade para aqueles que ingressaram mais recentemente no Estado. Mas o Funprev, esse nos preocupa. Aquele Funprev é o mesmo que encontramos totalmente zerado. V.Ex^{as}, com todo o respeito, não têm autoridade para vir aqui dizer, hoje, que não haverá aporte e busca de retorno ao Funprev. Na própria lei está muito clara a finalidade exclusiva de pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Funprev.

Por isso, disse no começo, com todo o respeito ao meu amigo, o deputado Sandro Régis, que na própria lei há uma previsão clara: (Lê) *“Excepcionalmente, no exercício de 2011 e até o final do exercício de 2018, os recursos creditados e acumulados na conta a que se refere o parágrafo anterior”* – art. 7º – *“desde a sua abertura, poderão ser utilizados para a finalidade exclusiva de pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Funprev, independentemente de autorização do Conprev”*.

Quero dizer a V. Ex^a que o esforço, deputado Sandro Régis, pode ter certeza, é de que esses recursos cheguem a fazer frente às dificuldades que são encontradas na nossa previdência estadual, como aconteceu quando fizemos aquele projeto de lei e aprovamos nesta Casa, fazendo com que aportes fossem feitos oriundos dos *royalties* do petróleo. Esse é um caminho que todos os estados estão buscando para tentar suprir esse déficit muito significativo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Era o que eu tinha a dizer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, estamos nesta tarde-noite, já pela terceira vez, nos anulando, porque certamente, pelo caminhar e pelo histórico das duas votações que se passaram, novamente, esta Casa renunciará as suas prerrogativas de análise de projetos para ferir gravemente o mandato dos parlamentares que se encontram aqui.

Quero dizer que a análise se faz extremamente necessária. O deputado Zé Neto aqui esteve com a sua garra, com o seu desejo incontido de defender este governo e as suas ações num projeto que me estranha e que fala do Funprev.

Meu caro líder Sandro Régis, estive olhando a mensagem que o governador mandou para esta Casa deste projeto, e nela o governador em nenhum momento fala de Funprev. Para esconder, para não despertar a atenção? Ao contrário, na mensagem encaminhando o projeto a esta Casa, o governador camuflou, junto com a isenção do imposto para construção do programa Minha Casa, Minha Vida, uma proposta de utilização do Funprev. É estranha a forma de encaminhamento deste projeto. Por mais esta razão, precisa e merece análise de nós, deputados.

Governador, está aqui a mensagem de nº 2/2015, datada de 30 de março de 2015.

(Lê) *“Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa do Estado, o anexo Projeto de Lei que 'altera as Leis nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989, e 10.955, de 21 de dezembro de 2007, e dá outras providências'.*

O presente Projeto de Lei tem por objetivo conceder isenção tributária do Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos - ITD aos beneficiários finais do Programa Minha Casa Minha Vida.”

E continua sem sequer tocar no Funprev. Só que ao analisarmos o texto e o corpo do projeto de lei, meu caro Pablo, lá está inserido, sorrateiramente, sem que esteja na mensagem, talvez porque sabendo que esta Casa está de joelhos, talvez porque sabendo que as discussões não iriam acontecer, fez inserir numa isenção de impostos aos beneficiários finais do Minha Casa Minha Vida a utilização do Funprev.

Quero fazer justiça ao líder. Em nenhum momento o nosso líder disse aqui da utilização do Funprev, que seria desta forma ou de outra. O que se diz e o que se quer

é discutir o projeto. Primeiro, para poder entender por que o governador, ao enviar esta mensagem a esta Casa, não tocou no assunto Funprev. Depois, porque o deputado Zé Neto, ao tentar explicar aos seus pares e à sua bancada, não explicou, que também de forma sutil, de forma sorrateira, no finalzinho do parágrafo segundo, do que se pretende alterar, que não tem nada a ver com o Minha Casa Minha Vida.

O governador pede que seja (Lê) ” *Excepcionalmente, no exercício de 2011 e até o final do exercício de 2018, os recursos creditados e acumulados na conta a que se refere o parágrafo anterior, desde a sua abertura, poderão ser utilizados para a finalidade exclusiva de pagamento de benefícios previdenciários a cargo do FUNPREV, independentemente de autorização do CONPREV.*”

CONPREV é o Conselho gestor do Funprev. Pergunto, então, por que o CONPREV não pode fazer análise sobre essa utilização? O que se pretende fazer com esse recurso? Por que existe o conselho? Ele foi criado, mas o governo está acostumado a atropelar, assim como está tentando atropelar no reajuste do servidores o Estatuto que prevê a data base para o dia 1º de janeiro, assim como está atropelando a Constituição ao querer aprovar aqui um salário menor do que o mínimo. Assim ele quer anular esta Casa e o Conselho Gestor do Funprev para sabe-se lá Deus o quê, na crença de que esta Casa não funciona e está de joelhos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a viu que não mandei encerrar. Dei o mesmo tempo que dei ao deputado Zé Neto.

Com a palavra o deputado Soldado Prisco pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, mais uma vez fico impressionado com esse governo, que tem apenas 100 dias e agora mostra as suas garras. No período eleitoral, não disse que apresentaria um projeto referente ao Funprev. Não quer que o Conselho do Funprev fiscalize os recursos do próprio Funprev. Não preciso falar muito, pois os 2 oradores que me antecederam já disseram praticamente tudo sobre a forma sorrateira e escondida como esse recurso do Funprev será utilizado. O Conselho do Funprev não pode fiscalizar nem cobrar a aplicação desses recursos, porque está na própria lei que estão liberados sem a sua aprovação. Fico aqui abismado com essa situação e encaminho toda a Bancada a votar contra o projeto.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão. Em votação o requerimento nº 8.384/2015.

O Sr. Sandro Régis:- Quero encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, encaminho o voto “não”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, mas V.Ex^a não pedirá verificação de quórum de votação?

O Sr. Sandro Régis:- Estou pedindo uma verificação de quórum de votação!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É isso que estou perguntando.

O Sr. Carlos Geilson:- Obrigado, Sr. Presidente, pelo auxílio.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu gostaria de que o V.Ex^a marcasse o tempo regulamentar de 25 minutos para que seja recomposto o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Solicito que o painel seja zerado e que os 25 minutos sejam marcados. Srs. Deputados, votem: “sim”, “não” ou “abstenção”. O deputado Sandro Régis recomenda o voto “não” e o deputado Zé Neto recomenda o voto “sim”.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu solicitei uma verificação de quórum de votação!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, já houve um pedido de verificação de quórum na votação anterior! V.Ex^a pediu...

O Sr. Sandro Régis:- Eu pedi verificação de quórum de votação!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a pediu verificação de quórum de votação?

O Sr. Sandro Régis:- Pedi uma verificação de quórum de votação para o projeto dos servidores, e agora é outro requerimento de urgência, é outro projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. V.Ex^a tem razão. Primeiro é uma verificação de quórum de votação. Os Srs. Deputados que queiram votar, por favor, marquem as presenças.

A Sr^a Fabíola Mansur:- A presença não está sendo marcada, Sr. Presidente, apesar de confirmada aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Foi confirmada aqui, deputada.

Srs. Deputados, por favor, se V.Ex^{as} quiserem votar, marquem as presenças.

(Verificação de quórum de votação.)

Já há quórum. Retornem o painel.

Em votação. O deputado Zé Neto recomenda o voto “sim”, e o deputado Sandro Régis recomenda o voto “não”. A votação é aberta.

(Votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação.

Resultado: 37 votos “sim”; 17 votos “não”.

Antes de encerrar a sessão, convoco uma sessão extraordinária para votarmos, em 2º turno, o projeto do Tribunal de Justiça, que leva o número 20.945/2014, e o projeto de lei do deputado Aderbal Caldas, nº 21.200/2015.

Declaro encerrada esta sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*